



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO
DE TRABALHO ATRAVÉS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PARA O
TRABALHO (SOT)**

MÁRIO JANONE PAULA DE QUEIROZ

ORIENTADORA: Penélope Machado Ximenes Campos

BRASÍLIA/2011

MÁRIO JANONE PAULA DE QUEIROZ

**A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO
DE TRABALHO ATRAVÉS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PARA O
TRABALHO (SOT)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Santa Maria.

Orientadora: Prof^a Penélope Machado Ximenes Campos

TERMO DE APROVAÇÃO

MÁRIO JANONE PAULA DE QUEIROZ

A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO (SOT)

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em ____/____/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

PENÉLOPE MACHADO XIMENES CAMPOS – ORIENTADORA

ERENICE NATALIA SOARES DE CARVALHO - EXAMINADORA

MÁRIO JANONE PAULA DE QUEIROZ

BRASÍLIA/2011

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus filhos Maria Salete e João Paulo e à minha esposa e companheira de todas as horas pelo apoio, amor, compreensão e carinho.

AGRADECIMENTOS

À *Deus*, pelo seu cuidado, misericórdia e sustento em todos os dias;

À UAB/UnB pela oportunidade de realizar o Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar;

À Professora Penélope Machado Ximenes Campos pelo apoio e orientação.

Ao Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria – DF, espaço o qual trabalho e sou feliz.

Aos professores do Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria - DF, pelo profissionalismo e comprometimento com a inclusão;

Aos colegas do curso que, por meio dos fóruns e encontros presenciais, me ensinaram e me motivaram a continuar com os trabalhos e pesquisa.

À todas as pessoas que auxiliaram direta ou indiretamente com a construção deste.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre a inclusão de alunos com deficiência, provenientes de escolas públicas de Santa Maria - DF, ao mercado de trabalho, através do Atendimento Complementar Serviço de Orientação ao Trabalho (SOT). A pesquisa busca conhecer o perfil dos alunos com deficiência atendidos, além de registrar a rotina, o exercício pedagógico do SOT e os encaminhamentos de alunos ao emprego formal utilizando-se de entrevistas e análise de documentos tais como diários, registros, relatórios. A pesquisa percebeu a necessidade do investimento na formação e orientação profissional do aluno com deficiência ao Mercado de Trabalho, oferecendo-lhes igualdade de direitos às oportunidades de trabalho e conseqüentemente, exercício pleno de cidadania.

Palavra Chave: Educação Especial, Deficiência, SOT, Mercado de Trabalho

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO	09
I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
CAPÍTULO 1 – TRABALHO	12
O Trabalho	
Transformações no Mundo do Trabalho	
A relação entre o Trabalho e Educação no Brasil	
O Mercado de Trabalho para o Jovem	
Ofertas de Profissionalização para a Pessoa com Deficiência	
CAPÍTULO 2 – DEFICIÊNCIA	23
Quem é a Pessoa com Deficiência	
Contextualização Histórica da Pessoa com Deficiência	
CAPÍTULO 3 – INCLUSÃO	28
A Inclusão	
Histórico das Ações e Bases Legais da Educação Especial no Brasil	
CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA	36
O Trabalho de Orientação	
II – OBJETIVOS	46
III – METODOLOGIA	47

IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
O que é o SOT	
Os participantes	
O Futuro Trabalhador	
A Procura por Emprego	
A Formação do Aluno com Deficiência	
Experiências de Trabalho	
Trabalho e Renda	
Perspectivas de Futuro	
O Trabalho Pedagógico do SOT	
O Currículo Trabalhado	
Atividades Pedagógicas realizadas pelo SOT	
Encaminhamentos	
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
VI – LISTA DE TABELAS E QUADROS	101
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
VIII – APÊNDICE	107

APRESENTAÇÃO

Vivemos em uma época em que as transformações no mundo do trabalho estão sendo motivadas pelo crescimento da produção de mercadorias e de suas demandas; além do gerenciamento do trabalho, das contratações e das leis que disciplinam as relações de trabalho.

A permanência e ascensão do trabalhador, no mercado de trabalho, justifica-se, primeiramente, por sua competência associada à seu nível de instrução. Em outras palavras, quanto maior o investimento em sua educação, maiores serão as possibilidades de sucesso em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

A escola, tem como principal objetivo, que está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a preparação do aluno para a sociedade e para a vida produtiva. Assim a formação de um cidadão e trabalhador é uma preocupação intrínseca aos objetivos comuns da escola, que prioriza em seu planejamento oportunidades de aprendizagens e vivências que valorizem a aquisição de habilidades solidárias, éticas, críticas e participativas.

Contudo, a escola encontra dificuldades no processo de inclusão de seu aluno no mercado de trabalho e na sociedade, o que nos faz acreditar em uma dicotomia entre o currículo trabalhado com a realidade vivida pelo aluno. Na verdade, se alunos encontram dificuldades em sua inclusão no mercado de trabalho, o que dizer do aluno com deficiência ?

É certo que a inclusão de pessoas com deficiência, enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social, entra no contexto das discussões que se referem às necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, cada vez mais em evidência.

Declarações e diretrizes políticas (pelo menos desde 1948, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos), movimentou historicamente discussões sobre inclusão, que decorreram de lutas pelos direitos humanos, inclusive no âmbito educacional. (Orientação Pedagógica – DF, 2006)

A partir dessa visão, juntamente com o fomento de novos grupos que lutavam pela igualdade de valor entre seres humanos e a garantia dessa igualdade, favoreceu o pensamento atual de não mais tolerar ideologias e posições

preconceituosas ou excludentes que não permitam perceber a pessoa com deficiência enquanto cidadão, enquanto possuidor do direito de estar incluído e ser produtivo em sua sociedade.

Na verdade, no Brasil, as portas do mercado de trabalho para as pessoas com deficiência não estão totalmente abertas; contudo não podemos negar avanços. Afinal, a preocupação com a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho está na pauta de políticas públicas voltadas para o emprego, tendo em vista que existem leis e decretos que regulamentam o direito ao trabalho e a proteção ao trabalhador com deficiência.

No entanto, a inclusão da pessoa com deficiência se esbarra no preconceito, na falta de informação e na própria deficiência, seja do indivíduo ou de sua formação.

Além disso, tão importante quanto uma formação destinada ao exercício de uma atividade profissional é o trabalho direcionado à própria pessoa com deficiência, cooperando na sua percepção enquanto cidadão, na construção de sua identidade, autonomia e reconhecimento de seus valores, habilidades e direitos.

Segundo a Declaração de Salamanca, o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos possam aprender juntos, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Para isso a escola deve conhecer as necessidades de seus alunos incluídos e dar-lhes o suporte adequado, seja através de currículo adaptado, ou por uma busca de uma educação de qualidade, acessibilidade, modificações organizacionais e uso de recursos.

A adoção desse novo paradigma cooperou para o surgimento de uma grande contribuição no movimento da educação inclusiva, que é a idéia do respeito à diversidade, das diferenças e da necessidade de perceber o indivíduo através de uma dimensão histórica e social. Seguindo essa nova visão, o respeito à diversidade e à necessidade de inclusão social do estudante com deficiência fomentaram o surgimento de novas as políticas de educação pública voltadas para o ideal de inclusão.

Uma dessas ações é percebida na política de educação pública da Secretaria de Educação do Distrito Federal, ao contemplar, na modalidade do ensino especial, em seu atendimento educacional especializado, o Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT) por meio de ações “inter-relacionadas, desenvolvidas por diferentes profissionais, com foco na perspectiva de vida dos estudantes. Apresenta como

finalidade própria o auxílio no desenvolvimento de competências e de habilidades, a fim de prepará-los para o mundo do trabalho” (ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA – SSE/GDF, 2006, pag. 111)

O trabalho, busca analisar a realidade de dados provenientes de entrevistas com alunos, análise de documentos como laudo médico, registros, fichas de matrículas e curriculum vitae dos alunos matriculados no SOT. Outra fonte de pesquisa relevante será o estudo das orientações pedagógicas e de currículo para o trabalho do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT) desenvolvido em Santa Maria.

A necessidade da construção de um campo teórico para a análise dos dados é de grande relevância. Assim, ao trabalhar a questão da deficiência e da percepção da sociedade frente a pessoa com de deficiência, sua história e implicações atuais fez-se necessário a abordagem dos estudos de Pessoti (1984) e Stainback (1996).

Além disso, a inclusão do Jovem no mercado de trabalho, suas experiências e vivencias são abordadas tendo como base os estudos de Leon (2007) e Pochmann (1998).

A discussão sobre a escola inclusiva, seu currículo destinado ao Serviço de Orientação para o Trabalho estará pautado nos estudos abordados nos documentos de Orientação Pedagógica, para o Ensino Especial, da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação.

Ressalta-se aqui que a questão da inclusão do aluno com deficiência é uma oportunidade valiosa de reflexão de uma sociedade mais justa e aberta às diferenças.

CAPÍTULO 1

TRABALHO

O trabalho...

A espécie humana, na evolução, começou a distinguir-se dos animais quando se apoderou das circunstâncias naturais, utilizando-a e transformando-a para satisfazer suas necessidades de maneira reflexiva, construindo e re-construindo. Pode-se dizer que a natureza humana se faz na sua relação com o ambiente, nas relações com o outro e principalmente no trabalho que desenvolve.

É no trabalho que o homem exerce seu domínio sobre a natureza, sobre seu meio social e historicamente, em alguns casos, sobre o próprio homem. É por meio do trabalho do homem, de seu produto e das relações que nele se constroem, que a história se faz, conflitos surgem e percursos são alterados. Não é possível imaginar o desenvolver da história sem a intervenção do trabalho do homem.

Para Leon (2009) o trabalho é compreendido como uma importante via de realização pessoal, construção, vínculo social, espaço para aprendizado, expressão da criatividade e do conhecimento adquirido, possibilitando, à sociedade, constantes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais.

Etimologicamente, em nossa língua, a palavra “trabalho” se origina do latim Tripalium. Tripalium era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho e o linho para rasgá-los e esfiapá-los.

De certa forma, podemos então compreender que etimologicamente a palavra trabalho está relacionada ao instrumento de trabalho e àquele que produz, que planta e recolhe o fruto semeado; contudo, utilizando-se de uma análise mais aprofundada pode-se dizer que:

Ainda que originalmente o tripalium fosse usado no trabalho do agricultor, no trato do cereal, é do uso deste instrumento como meio de tortura que a palavra trabalho significou por muito tempo, e ainda conota, algo que lembre padecimento, cativo. Tripalium se liga ao verbo do latim tripaliare, que significa justamente torturar (Albornoz, 1986, p.10).

Na linguagem cotidiana, a palavra trabalho tem muitos significados. Às vezes carregada de emoção lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Em outras, em decorrência do desemprego, uma benção alcançada e por todos remete à idéia de transformação de uma matéria - prima em objeto de cultura. Também pode-se afirmar que o trabalho é o homem em ação para sobreviver e realizar-se criando instrumentos e com esses, todo um novo universo (ALBORNOS, 1986, p. 08).

Nosso universo se constrói na relação com o outro, nos meios de produção e no produto propriamente dito. Evidentemente, o produto final do trabalho não se reduz no objeto em si, mas traduz, em sua história, momentos de conflitos, dificuldades, relações sociais e experiências exclusivamente humanas.

De acordo com a legislação brasileira o trabalho é um direito básico que deve garantir não somente os bens de subsistência, mas também aos recursos tecnológicos, culturais e simbólicos da sociedade (Leon, 2009).

Transformações no Mundo do Trabalho

Vivemos uma época de transformações no mundo do trabalho. A produção de mercadorias, o gerenciamento do trabalho, as contratações, as leis que disciplinam as relações de trabalho, o papel das negociações coletivas e dos sindicatos, são fatores que tem influenciado, de forma acelerada, ao longo dos anos e décadas, a dinâmica do mercado de trabalho.

O processo de globalização capitalista não é um fenômeno novo. Ele vem acontecendo e amadurecendo desde os séculos XV e XVI, com a realização das grandes navegações e o conseqüente domínio de regiões ainda desconhecidas do mundo europeu. Posteriormente, com a Revolução Industrial, o capitalismo estabeleceria o mercado mundial, sobretudo com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes e da produção de mercadorias em larga escala.

O atual momento é caracterizado pelo domínio completo das empresas globais, que, através das constantes inovações tecnológicas, e particular as advindas da internet, operam em todos os países, controlando a informação e a maior parte do capital financeiro.

A entrada de novas tecnologias, o avanço da informática, a urgência com que maquinários antes novos vão se tornando obsoletos provocam os mais diferentes efeitos na sociedade, em especial nas relações entre quem emprega trabalhadores e os trabalhadores empregados.

Também não há como negar a influência neoliberal que influencia as decisões comerciais e financeiras do Estado e a desregulamentação econômica e social que tem sido a regra na definição dos programas de estabilização e de modernização produtiva. Tais mudanças nas formas das relações de trabalho são percebidas com a ampliação do número de contratos de trabalho menos estáveis e sem garantias para o trabalhador.

O surgimento de movimentos sindicais e a evolução de suas conquistas, fez-se acreditar que o futuro do trabalho viria a ser um momento de valorização do trabalhador, com carga horária reduzida e salários melhores. Além disso, também era defendida a idéia de que o fenômeno da mecanização nas empresas, somado às crescentes conquistas sindicais, o homem do século XX teria um tempo maior para o lazer, para as artes, a natureza e a família.

Hoje a realidade é bem diferente. O que se vê hoje é uma crise no trabalho, e como consequência, o surgimento de um contingente enorme de desempregados. Aqueles que trabalham estão trabalhando cada vez mais, dispondo de pouco tempo para o lazer e a família, tornando-os trabalhadores doentes e testemunhas de conflitos familiares, em nome da manutenção de seu posto de trabalho.

É certo que os anos 90 foram marcados por grandes mudanças no mercado de trabalho brasileiro. Segundo dados do IBGE¹ o avanço da tecnologia é apontado como o principal motivo da redução de postos de trabalho no campo industrial. Em nome da competitividade, mudanças ocorreram na reestruturação administrativa e nas técnicas de racionalização do trabalho, no objetivo de gerar maior produtividade.

Outro dado importante apresentado pelo IBGE é o fato de que 71 % da população economicamente ativa trabalha mais de 40 horas por semana, sendo que

¹ As informações cujas fontes são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foram retiradas em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/suppme/analiseresultados2.shtm> colhido em 09/02/2010 às 23:12

neste mesmo grupo, para 39 % a jornada é de pelo menos 45 horas semanais, em outras palavras, a população está trabalhando cada vez mais.

Veiga (2000) sugere como explicação mais óbvia para o aumento das horas de trabalho e abdicação de direitos, o desemprego, consequência da falta de formação tanto escolar quanto profissional, associada ao desenvolvimento de novas tecnologias que racionaram o trabalho. Na verdade,

o forte movimento sindical dos anos 80 conseguiu implantar na constituição de 1988 o teto de 44 horas de trabalho por semana. Na época ainda se pensava que o futuro era trabalhar cada vez menos e ganhar cada vez mais. Nada disso aconteceu. Os movimentos sindicais perderam a força, a produtividade ideal aumentou vertiginosamente e a tecnologia, embora tenha de fato diminuído alguns afazeres, aumentou outros (Veiga, 2000, p. 125).

Tais mudanças fomentaram o surgimento de novos contratos, com a fragilização do vínculo do empregado com o empregador, gerando constante instabilidade, que por medo do desemprego, são forçados a aceitarem direitos negociados e aumento das horas de trabalho.

Os autônomos, os que trabalham por conta própria, também chegam a dedicar o dobro de horas ao batente a fim de manter as condições mínimas para manter a família e necessidades básicas. Segundo dados do IBGE, a expansão do número de trabalhadores nos setores de “prestação de serviço” e do comércio está associada ao declínio do número de trabalhadores no mercado formal e ao aumento de pessoas trabalhando sem carteira assinada e por conta própria².

O declínio do número de carteiras assinadas pode sugerir uma interpretação de que as ofertas de trabalho também estão em declínio. Mesmo com o crescimento econômico do país, a ideologia neoliberal defende a omissão do Estado frente aos problemas sociais, como desemprego e ofertas de melhores condições de trabalho. É certo dizer que

o momento em que estamos vivendo, de crescentes taxas de desemprego, não é uma crise de curta, média ou longa duração:

² Dados obtidos através da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, recolhida no site www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/suppme/analiseresultados2.sh tm colhido em 09/02/2010 às 23:12.

trata-se na verdade de um novo sistema que abolirá massivamente o trabalho. Um sistema que restaura as piores formas de dominação, servidão e exploração (Gurgel, 1998, p. 43).

Segundo Krein (1998) existem diferentes visões sobre o desemprego, tais como: o avanço tecnológico que utiliza como força de trabalho a máquina ao invés do ser humano; o maior nível de escolaridade exigido pelo mercado de trabalho; a cultura e economia nacional por preferir e facilitar o consumo de produtos importados e a própria política econômica do governo.

O fato de o Brasil ter se urbanizado e industrializado não significa que deixou de ser um país da periferia capitalista. A economia brasileira cresceu, assim como a acumulação e a produção de riquezas. Entretanto, a desvalorização do trabalhador, o crescimento do desemprego e exclusão social, agora, em escala mundial explicado pelo critério de empregabilidade, é uma realidade que incomoda os discursos de crescimento econômico.

A Relação entre Trabalho e Educação no Brasil

É necessário compreender que educação é base para a formação de um cidadão pleno e para que isso aconteça o indivíduo tem que se apropriar do saber organizado, saber esse veiculado pela escola. Contudo, tal tem sido negado a uma grande parcela da população, pois a escola como é organizada no Brasil, está apenas contribuindo para perpetuar a divisão do trabalho em manual e intelectual, já que a diferença de qualidade das escolas para alunos de classe mais favorecida e alunos de classe menos favorecida são explícitas³.

A formação deficitária e muitas vezes excludente em que as classes menos favorecidas são submetidas, os força a exercer as profissões mais insalubres, inseguras e mal remuneradas. Isso se explica pela crise na educação e na sua oferta de qualidade. Outra situação que deve-se levar em conta é que:

³ Idéia trabalhada em CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de & OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Cuidado, Escola!** 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense/IDAC, 1980.

a relação educação x trabalho pensada a partir do compromisso de classe apresenta dois problemas básicos; primeiro, o saber escolar está defasado em relação a qualquer concepção liberal, positivista, conservadora ou materialista, histórica, revolucionário do processo de produção e da condição operária; segundo, o saber escolar sobre o trabalho mostra que somente 10% dos trabalhadores têm acesso ao saber sistematizado (Grinspun, 2001, p. 76).

É certo que a educação constitui tema constante no discurso empresarial e entre os trabalhadores. Desde décadas passadas, sobretudo a partir dos anos 80, o empresariado brasileiro passou a afirmar que a educação é o caminho viável para que a população possa se integrar e usufruir dos novos paradigmas da globalização da economia, das novas tecnologias e do mercado de trabalho.

A educação é vista como um dos elementos relevantes para o resgate da dívida social e, nesse sentido, a educação é concedida como a chave para a conquista da cidadania na medida em que, por meio dela, as pessoas encontram oportunidades para serem incluídas no mercado de trabalho.

Grande parte das políticas públicas para a universalização da educação recai no ensino fundamental (precisamente, as quatro primeiras séries), na perspectiva de garantir o acesso e a permanência das camadas sociais menos favorecidas nesse nível de ensino, possibilitando-lhes domínio das habilidades de leitura, interpretação, escrita e cálculo. Quanto ao ensino médio, as medidas são as de reformulá-lo, separando o ensino de natureza mais geral da formação profissional.

A meta proposta de universalizar o ensino fundamental, por meio da escola pública, é também uma aspiração dos trabalhadores⁴. O que diverge nesse consenso entre trabalhadores, empresários e governo são os termos em que consiste uma escola pública de qualidade, bem como os termos em que se dá a qualificação dos trabalhadores, como também a inserção destes na escola a fim de melhorar a sua formação e grau de escolaridade.

Contudo, faz-se necessário questionar a formação do trabalhador na intenção de formar uma mão de obra generalista, seja por uma formação desvinculada de sua realidade, ou seja, por uma formação por meio de cursos rápidos desvinculados de qualquer formação geral.

⁴ Idéia esta trabalhada na obra CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de & OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Cuidado, Escola!** 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense/IDAC, 1980

Segundo Gurgel (1998) as respostas do empresariado nacional, frente ao problema da formação do trabalhador, ocorrem através da defesa constante que fazem do ensino fundamental e dos possíveis desdobramentos que este teria para construção de qualificações profissionais de alto nível. Para isso faz-se necessário uma nova elaboração de políticas públicas voltadas para uma educação pública de qualidade.

Para Krein (1998) as iniciativas do empresariado brasileiro têm a função de produzir um tipo de conhecimento que responde na visão dos empresários, às mudanças que ocorrem no processo produtivo pela introdução de novas tecnologias, preparando ou readaptando uma parcela mais escolarizada da força de trabalho. À parcela marginalizada, cabe iniciativas ligadas à oferta de graus mínimos de escolarização.

A escola, por muitos, é vista como um aparelho ideológico do Estado. Este, movido por ideais econômicos compreende a educação como um instrumento de formação de uma mão de obra que corresponda às necessidades do empresariado. No que diz respeito à formação do trabalhador, é bom lembrar que o mundo do trabalho assentado na maquinaria pesada (Taylorismo/fordismo), entendia o trabalho humano na perspectiva de uma lógica de adestramento.

Para Krein (1998) é voz corrente de que a nova base técnica exige do trabalhador um conhecimento polivalente ou uma "policognição". Ou seja, a nova base técnico-científica do processo de trabalho, responsável pelas mudanças em andamento, requer para os países em desenvolvimento, como o Brasil, uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão de qualidade, para a produtividade, competitividade e, conseqüentemente, para a empregabilidade, como consta em planos governamentais dirigidos para a formação do trabalhador.

O Mercado de Trabalho para o Jovem

A crise do emprego e o processo de reestruturação das grandes empresas, a mudanças das relações de trabalho também influenciaram o processo de inclusão do jovem no mercado de trabalho.

Para Leon (2009) a juventude é o setor da sociedade mais fragilizado em relação a força e oportunidade de trabalho, onde vem:

sendo efetivamente dirigidos por diferentes fatores em seu processo de inserção e permanência no mercado, como a progressão da idade, o seu rendimento e de sua família, a escolaridade de seus pais, a sua classe social e a falta de escolaridade da maioria dos jovens (Leon, 2009, p. 273).

A emancipação da juventude, exercício de cidadania e independência financeira tem nestes dias sido cada vez mais adiada diante das dificuldades encontradas no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Em outras palavras, esse adiamento da inclusão no mercado de trabalho não atinge somente o jovem, mas toda uma estrutura familiar e social em que o jovem é integrante, afinal, como afirma Pochmann (1998):

a postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho trouxe efeitos diretos sobre os tradicionais mecanismos de emancipação da juventude. De um lado, a ampliação do tempo de inatividade terminou repercutindo no processo de constituição de uma nova família pelo jovem e sobre o maior tempo de permanência com os pais (p. 41).

Segundo Pochmann (1998) o processo de inclusão do jovem no mercado de trabalho tem sido um problema nas economias de mercado. Na verdade a transição da inatividade (família, escola) para a atividade (emprego, desemprego) ⁵ é complexa, e, na maioria das vezes, o jovem é incluído em empregos com mais situações precárias do que o adulto.

Segundo Leon (2009) os jovens, principalmente os advindos de parcelas menos favorecidas, historicamente são considerados um grupo com grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho. No entanto, o autor nos diz ainda que:

⁵ A expressão inatividade x atividade colocada refere-se à colocação de que a “inatividade do jovem é geralmente associada à passagem pelo sistema escolar, enquanto a situação de atividade diz respeito à entrada no mercado de trabalho” (Pochmann, 1998, P. 24)

paradoxalmente são também considerados como um dos segmentos com melhor qualificação média e grande flexibilidade para adaptarem-se ao surgimento de novas oportunidades. Portanto, podem ser considerados como um grupo potencialmente mais preparado a uma inserção positiva no mundo do trabalho e uma interação sustentável nos processos de desenvolvimento (p. 272).

Para Pochmann (1998) a oferta de trabalho aos jovens foram diminuídas nos serviços assalariados e elevado nos serviços autônomos. Como consequência os programas de incentivo ao primeiro emprego encontram dificuldades em incluir o jovem dentro de uma oportunidade de emprego com salário e registro legal.

Na verdade, cabe ao Estado proporcionar oportunidades de inclusão de uma mão de obra jovem de forma responsável, onde a formação de qualidade, desde as séries iniciais, a formação profissional, a orientação e principalmente condições de exercer a cidadania sejam possíveis.

Do ponto de vista da dinâmica do mercado de trabalho, Pochmann (1998), encontra possibilidades de ações que vão ao encontro da necessidade da inclusão do jovem no mercado de trabalho, tais como políticas públicas para o primeiro emprego, conclusão de cursos de formação, que em sua dinâmica incluem a inserção do jovem formado, programa de jovem aprendiz e aprendizagem profissional enquanto proporcionadora de espaço de estágio.

A dificuldade em relação à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é em si um fator de exclusão, haja vista que quanto mais se amplia o tempo de inatividade da pessoa com deficiência, maior será a sua dependência financeira da família, comprometendo suas decisões pessoais de constituição de uma nova família, de consumidor, de cidadão e da conquista de sua moradia, que em outras palavras é, senão, o seu grito de liberdade, autonomia e responsabilidade social enquanto cidadão.

A ausência de uma formação específica e baixa escolaridade obriga os alunos com diagnóstico de deficiência a procurarem alternativas de trabalho associadas a serviços básicos (limpeza, serviços gerais, zeladoria). Mesmo assegurados por meio da lei de cotas, muitas vezes são obrigados a competir com trabalhadores com experiência e até mesmo em escolaridade avançadas, tendo em vista que as ocupações que eram porta de entrada dos jovens no primeiro emprego

apresentam-se atualmente, como objeto de disputa entre os jovens e aqueles adultos que possuem maior qualificação e escolaridade (Pochmann, 1998, p. 57).

Diante das exigências de maior formação profissional e experiência de trabalho, o jovem com deficiência sente os efeitos dessa pressão em sua relação com a escola, família e sociedade, tornando-o vulnerável ao fracasso escolar, ao uso de drogas e exposições a situações de risco e evidente exclusão.

Para Pochmann (1998) os programas governamentais de políticas públicas para o primeiro emprego do jovem, assim como as estratégias com o mesmo fim, realizadas pelo poder público são relevantes. Contudo, não há como negar que:

a fase de transição do jovem da inatividade para o emprego ou desemprego, não deixa de revelar, em certa medida, uma grande incapacidade de adaptação das sociedades modernas perante as mudanças em cursos nas economias (Pochmann, 1998, p. 92).

Uma das explicações para a inércia do Estado pode ser entendida, conforme Pochmann(1998) pela atitude de interpretar o desemprego do jovem como um problema particular associado à baixa qualificação profissional, da baixa produtividade no mercado e do próprio mercado de trabalho em sua forma rígida de lidar com o jovem.

Ofertas de profissionalização para a pessoa com deficiência

De acordo com Sasaki (1997) a história de oferta de profissionalização para a pessoa com diagnóstico de deficiência passou por diversas fases ao longo dos tempos, onde se pode identificar diferentes maneiras utilizadas no processo de profissionalização das pessoas com deficiência.

Sasaki (1997) identifica como a fase da exclusão o período em que o trabalho para a pessoa com deficiência era negado, pois aos olhos da própria sociedade, a empresa que utilizava a mão de obra de pessoas com deficiência era vista como uma empresa que explora. Outro fator foi a crença, ainda hoje presente, de que a pessoa com deficiência não é produtiva.

A fase considerada de segregação, segundo Sasaki (1997), é entendida como o período e prática em que as entidades de assistência à pessoa com

deficiência buscaram estabelecer parcerias com empresas privadas a fim de que pudessem executar trabalhos protegidos no interior das instituições, ou em sua própria casa. Sasaki (1997) discursa sobre dois objetivos nesta prática: a pessoa com deficiência teria uma renda simbólica, enquanto a empresa e entidade assistencial teriam o lucro pela venda do material produzido.

No entanto, Sasaki (1997) contesta tais objetivos ao afirmar que o trabalho da pessoa com deficiência não deve ser utilizado como alternativa aos problemas econômicos da entidade. Além disso, muito desse trabalho era imposto e a pessoa com deficiência não via relação com sua realidade e desejo, com o trabalho produzido.

A fase considerada de integração é compreendida por Sasaki (1997) como a fase onde diversas modalidades de trabalho são oferecidas às pessoas com deficiência. Assim, setores públicos e privados recebem o trabalhador especial em uma idéia de integração, ou seja, ele é inserido no meio, contudo tratado como os demais, sem levar em conta as suas necessidades e limitações, o que era refletido na ausência de adaptações, reestruturação ou oportunidades de acessibilidade.

Sasaki (1997) ao comentar sobre a fase de integração identificava que os funcionários com deficiência encontravam dificuldades tanto no relacionamento com o outro, como em sua produtividade e formação.

Por último, Sasaki (1997) registra em seus estudos a fase da inclusão, onde o trabalhador com deficiência é amparado em seus direitos e favorecido, em relação à acessibilidade. Essa forma de integração favorece o trabalhador com deficiência, pois é percebido como um trabalhador capaz de ser produtivo e cooperar na rotina da empresa e na qualidade das relações interpessoais.

É certo que no Brasil existe um conjunto de leis que asseguram o direito das pessoas com deficiência à inclusão no Mercado de Trabalho; no entanto, essas leis não são suficientes se a própria sociedade, empresa e órgãos públicos não investir esforços e vontade política no processo de inclusão da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO 2

A PESSOA COM DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA

Quem é a pessoa rotulada como deficiente?

Pode-se definir deficiência, Segundo a Organização Mundial da Saúde, como “qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”⁶.

Legalmente, o conceito de pessoa com deficiência pode ser entendido quando se observa o artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, ao enquadrar a pessoa com deficiência nas seguintes categorias: Deficiência Física, Deficiência auditiva, Deficiência visual, Deficiência mental e Deficiência Múltipla.

O inciso I do 4º artigo considera a Deficiência Física como aquela que possui

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de⁷ paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções⁸ (Brasil, 1999).

O Inciso II do mesmo artigo caracteriza a deficiência auditiva como a “perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras”. A deficiência visual, por este decreto é entendida como uma situação de perda total da visão ou a um quadro de baixa visão.

O Inciso IV trata a deficiência mental / intelectual como o

⁶ Conceito construído em International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps, WHO, 1980. (Citado em Adaptação de ocupações e o emprego do portador de deficiência / OIT – Brasília: CORDE, 1997)

⁷ A saber: *Paraplegia*: perda total das funções motoras dos membros inferiores; *Paraparesia*: perda parcial das funções motoras dos membros inferiores; *Monoplegia*: perda total das funções motoras de um só membro; *Monoparesia*: perda parcial das funções motoras de um só membro; *Tetraplegia*: perda total das funções motoras dos membros; *Tetraparesia*: perda parcial das funções motoras dos membros; *Triplegia*: perda total das funções motoras em três membros; *Triparesia*: perda parcial das funções motoras em três membros; *Hemiplegia*: perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo; *Hemiparesia*: perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo; *Paralisia Cerebral*: lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central

⁸ Fonte: NAMBU, Tais Suemi. Construindo um mercado de trabalho inclusivo – São Paulo: SORRI-BRASIL: Brasília:CORDE, 2003.

funcionamento intelectual significativamente inferior à média, e limitações associadas a duas ou mais áreas tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho (Brasil, 1999).

A contextualização histórica da Pessoa com deficiência

A compreensão sobre deficiência e sobre pessoas com deficiência modificou-se conforme o decorrer da história. A história marcada por diversas mudanças de valores e paradigmas caracteriza a relação dessa sociedade e a pessoa com deficiência.

Atualmente os esforços de políticas públicas voltadas para a inclusão do deficiente na escola são enormes. Contudo, historicamente a questão da deficiência não era vista como uma questão social ou de política pública, mas de uma série de posições que permeavam o preconceito, a religiosidade e a exclusão.

Para Pessoti (1984) a percepção da sociedade frente ao indivíduo com deficiência, em um primeiro momento, caracterizou-se pela segregação e exclusão, e em um segundo momento onde passaram a ser percebidos como possuidores de certas habilidades e capacidades, conforme suas limitações.

Pessoti (1984) ao traçar um histórico sobre a exclusão social da pessoa com deficiência cita a realidade espartana, onde crianças com deficiências físicas ou mentais não eram compreendidas enquanto ser humano, mas uma sub-espécie, o que, segundo sua cultura, legitimava a sua exclusão e abandono justificada pela cultura atlética e clássica de Esparta. Tal comportamento era fruto de uma certa estranheza que as pessoas com deficiência causavam nos outros. No entanto, o autor nos diz que:

peçoas cujas deficiências não fosse acentuada podiam, dependendo de seus familiares, sobreviver e crescer, como ocorreu na Grécia Antiga, com um certo Marguités, cujo caso foi registrado por Suidas aproximadamente em 960. Nesse registro salienta-se que ele não sabia contar além de cinco e que, tendo chegado à adolescência, perguntava à sua mãe porque ela e ele não eram filhos de um mesmo pai (Pessoti, 1984, p. 4).

A partir da idade média, em função da propagação de ideais cristãos, o ser não produtivo, a pessoa com deficiência, adquire uma nova posição, já humana, possuidora de alma, o que justificava o abandono da prática da exclusão ou extermínio (ARANHA, 2008).

Com o Cristianismo, de fato, a pessoa com deficiência ganha alma, não podendo ser eliminada ou abandonada sob o risco de receber castigo em nome da igreja. Com a moral cristã, torna-se inaceitável a prática espartana e clássica da exposição dos sub-humanos como forma de eliminação, uma vez que vistos como pessoas com alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus como os demais humanos.

Assim, a ética cristã reprimia a tendência de livrar-se do deficiente através do assassinio ou da “exposição” como se confortavelmente se procedia na antigüidade. Sob essa nova ética, o deficiente passou a ser mantido e cuidado seja para segregar, pois o asilo garante um teto e alimentação, ou para salvar a alma do cristão (...) e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou anti – sociais do deficiente (PESSOTI, 1984, p.7)

Segundo Pessoti (1984) conseqüentemente a guarda e o cuidado com a pessoa com deficiência foram assumidos pela família e pela igreja, embora esse cuidado fosse motivado por questões religiosas, de caridade, não associadas a uma organização específica e sistemática de apoio à pessoa com deficiência.

No final do século XV surge a revolução burguesa que caracteriza uma revolução de idéias e conquistas, que resultam na queda da hegemonia da igreja católica e das monarquias. Como resultado surgem os Estados modernos e novas relações de trabalho. O ser não produtivo passou a ser visto como alguém que onera o Estado, não necessitando de devidos investimentos e cuidados destinados às pessoas com deficiência (ARANHA, 2008).

Ao mesmo tempo, as inovações científicas, as descobertas médicas e a valorização do conhecimento científico contribuíram, segundo Silva (2006) na primeira tentativa de estudo científico à respeito das pessoas com deficiência, que se iniciam a partir do século XVI e na consolidação dos estudos científicos a respeito das pessoas com deficiência se dá no século XIX.

Pessoti (1984) acredita que o avanço da medicina favoreceu uma nova visão de deficiência onde o problema seria interpretado pela ótica da ciência médica e não mais pela religiosidade. O surgimento dos primeiros hospitais psiquiátricos, de certa forma, isolou a pessoa com deficiência, que antes era acolhida pela família e igreja, e que, de forma não organizada, passou pelas mãos da institucionalização. Em conseqüência disto as pessoas com deficiência mental viveram e foram mantidas

em isolamento relativo e, muitas vezes, absoluto, do resto da sociedade (ARANHA, 2008, p.13).

Com o amadurecimento do sistema de produção e das relações de trabalho capitalista, a necessidade de fomentar o surgimento de uma nova escola, que formasse trabalhadores produtivos foi necessária a esse sistema. Como consequência, a preocupação pública com pessoas com deficiência passou a existir, contudo ainda segregada, sem oportunidades de inclusão.

Segundo Aranha (2008) a questão da atenção voltada às pessoas com deficiência surge, principalmente, após as duas guerras mundiais; afinal, guerras não somente formam novas fronteiras, mas também um grande número de pessoas com deficiência. Em outras palavras:

a criação de um grande contingente de pessoas com deficiência, aliada ao movimento de defesa dos direitos humanos e as críticas severas às consequências da institucionalização, então divulgadas, determinou o questionamento das relações mantidas pelas sociedades ocidentais com os cidadãos com deficiência (Aranha, 2008, p.14).

O retorno dos feridos de guerra e sua necessidade de inclusão social e ocupacional “proporcionou uma demonstração, em ampla escala, do potencial de trabalho das pessoas que apresentavam uma deficiência” (Aranha, 2008, p. 14).

É certo que a insistência na valorização da visibilidade da pessoa com deficiência na sociedade proporcionou o fortalecimento do conceito de diversidade na sociedade. O exercício do respeito às diferenças é uma prática que fomenta a cultura de paz, afinal a história é transparente ao mostrar que foi um grande equívoco em acreditar que segregando a pessoa com deficiência, a sua inclusão na sociedade seria possível.

Segundo estudo de Mazzota⁹ citado por Silva (2006) a história da Educação Especial em relação ao tratamento destinado aos alunos com deficiência pode ser dividida em três atitudes sociais frente à esse grupo: marginalização (omissão da sociedade e descrença na aprendizagem); assistencialismo (cuidado filantrópico e humanitário e ainda descrença na aprendizagem) e educação/reabilitação (crença

⁹ MAZZOTA, M. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. SP:Cortez, 1996.

que a mudança do deficiente se dará por meio de ações educativas e organização dos serviços educacionais.

Para Pessoti (1984) a Educação Especial na maioria dos países tem, a grosso modo, padrão semelhante de evolução, num primeiro momento caracterizado pela segregação e exclusão, onde as pessoas com deficiência foram simplesmente ignoradas, evitadas, abandonadas, quando não exterminadas; em um segundo momento, onde esses, por sua vez, passaram a ser percebidos como possuidores de certas capacidades, ainda que limitadas; e num terceiro momento que ficou marcado pelo reconhecimento do valor humano desses indivíduos, e como tal, o reconhecimento de seus direitos, aspectos que vêm se refletindo conjuntamente nos sistemas educacionais dos mais diversos países. O fato é que tais reflexos geram conseqüências inevitáveis à educação especial.

É fato de que a idéia de que a pessoa com deficiência é um cidadão detentor de direitos e oportunidades iguais aos demais forçou a própria sociedade, que a excluía, em oportunizar serviços destinados à pessoa com deficiência. Com isso ela ganhou espaço e vez, e com a formação de associações e de organizações públicas não governamentais a conquistas de direitos e oportunidades se tornaram evidentes.

CAPÍTULO 3

INCLUSÃO

De acordo com Aranha (2007) a inclusão da pessoa com deficiência tem grande valor para esta pessoa tendo em vista que em uma sociedade em que as relações de produção são organizadas de tal forma, que o homem se apropria do processo de criação, ele é valorizado, cresce em autonomia, em consciência da cidadania, enfim, humaniza-se cada vez mais.

Para STAINBACK (2006) a competência da comunidade escolar em dar apoio aos alunos especiais na escola em uma idéia de cooperação mútua, cria o desenvolvimento de um clima de respeito, interesse e responsabilidade para com o outro e passa a ser consequência de um hábito onde todos reconhecem o outro com parte integrante e importante do grupo, tendo em vista que a partir desse pressuposto todos são chamados a ajudar e contribuir para o bem estar coletivo.

A visibilidade da pessoa com deficiência na sociedade ocorre quando as próprias pessoas o compreendem como cidadão, com direitos, deveres e conquistas. Mais do que isso, a valorização do espaço, seja na mídia, no trabalho, nas artes, nos esportes, em todas as dimensões da sociedade coopera para a valorização dessa pessoa, de sua luta, da compreensão de suas limitações e no esforço de proporcionar acessibilidades necessárias para o pleno exercício de sua cidadania.

É fato que Declarações e diretrizes políticas pelo menos desde 1948, quando foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, movimentou historicamente discussões sobre inclusão que decorreram de lutas pelos direitos humanos, inclusive no âmbito educacional. (Orientação Pedagógica, 2006)

Contudo, o problema da ausência de ações voltadas à inclusão da pessoa com deficiência traz prejuízos à pessoa, quando esta perde a oportunidade de expressar sua cidadania e à própria sociedade que, ao negar a real existência da diversidade, perde a oportunidade de vivência do respeito ao próximo, da cultura da tolerância e principalmente do exercício da humanização.

Cabe à sociedade em geral desenvolver ações permanentes que visam cooperar, favorecer acesso e atendimento de qualidade à pessoa com deficiência

nos serviços públicos essenciais tais como saúde, educação, lazer e trabalho, assim como serviços específicos destinados a atender suas necessidades especiais.

A inclusão de pessoas com deficiência enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social, entra no contexto das discussões que se referem às necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino cada vez mais em evidência.

Essas necessidades podem ser facilmente fundamentadas em observações do dia-a-dia, quando se percebe a perplexidade, confusão e insegurança com que professores e outros profissionais se deparam com o tema, quando abordado sob o ponto de vista da teoria ou da prática.

A partir dessa visão, juntamente com o fomento de novos grupos que lutavam pela igualdade de valor entre seres humanos e a garantia dessa igualdade favoreceu o pensamento atual de não mais tolerar conceitos e posições preconceituosas ou excludentes que não permitiam perceber a pessoa com deficiência enquanto cidadão, enquanto possuidor do direito de estar na escola .

Na verdade, o mundo já não mais comporta a existência da ignorância, seja porque ela gera a dependência que incapacita o desfrute de direitos, porque ela exclui o ser humano de um ritmo de produção cada vez mais vital àquela crescente competitividade, dificultando o exercício pleno de um de seus direitos de cidadãos: o de trabalhador produtivo, ou seja, o de contribuinte.

Analisando esses aspectos, verifica-se a necessidade de inclusão da própria educação especial dentro dessa estrutura de “educação para todos”.

O aspecto inovador da Declaração de Salamanca (1994) consiste exatamente na retomada de discussões sobre as conseqüências que reside na ampliação da clientela potencialmente nomeada como pessoas com necessidades educacionais especiais e no encaminhamento de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas de sistemas educacionais.

Tais reformas e políticas vieram a cooperar com a necessidade de inclusão da própria educação especial dentro da escola em uma sociedade que acredita que a educação é para todos. O aspecto inovador da Declaração de Salamanca(1994)¹⁰

¹⁰ A Declaração de Salamanca é uma resolução da ONU, que trata sobre as diretrizes políticas, educacionais e práticas na educação especial. É um dos mais importantes documentos que norteia a prática da educação inclusiva.

foi a valorização das reflexões sobre o direito à uma educação de qualidade, ampliação de direitos e atendimento educacional especializado para uma clientela com necessidades educacionais especiais .

A Declaração de Salamanca, cujo documento o Brasil é signatário motivou a ampliação e oferta de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência. Dentre estas políticas as que mais se destacaram foram as políticas no campo educacional. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, percebe que

na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses estudantes (MEC/SEESP, 2008, p. 9).

Ainda, segundo a Declaração de Salamanca, o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos podem aprender. Segundo Modesto (2008) uma das grandes contribuições do movimento de inclusão escolar está na idéia do respeito à diversidade, do respeito às diferenças, onde se percebe o indivíduo através de uma dimensão histórica e social. O respeito às diferenças abrange então uma posição de coletividade ao ver em cada um uma singularidade própria que deve ser respeitada

A atual LDB¹¹ respalda a necessidade dos esforços quanto à inclusão escolar. Em seu quinto capítulo, ao tratar sobre a educação especial, define-a “por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais”.

Dessa forma, tanto a educação especial quanto os esforços de inclusão especial devem perpassar, transversalmente, todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento para diferentes necessidades.

¹¹ Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Dessa forma, a inclusão escolar tem um caráter de aquisição da cidadania ao permitir tanto às pessoas com deficiências o direito de aquisição de um conhecimento que lhes permite romper preconceitos e estereótipos e lhe permitir a aquisição plena da cidadania, o fortalecimento de sua auto estima, a estruturação do seu auto conceito e a possibilidade do sucesso escolar e pessoal através do seu desenvolvimento bio-psico-social, conseqüência esta de uma educação de qualidade, pautada na ética e comprometimento político-social ao ideal do lema que acredita na oportunidade para todos.

Histórico das ações e bases legais da educação especial no Brasil

A Educação Inclusiva é um movimento mundial que se tornou uma ação política, cultural, social e pedagógica fundamentada no direito de que todos devem aprender, juntos, sem nenhum tipo de discriminação. Esse novo paradigma educacional, fundamentado na concepção dos direitos humanos, pede a construção de um novo pensar educativo, de uma nova escola, o que implica mudanças estruturais e culturais na rotina educativa, a fim de que todos possam aprender.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008), tradicionalmente, a educação especial se organizou enquanto atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que motivaram o surgimento de instituições especializadas, escolas e classes especiais, cuja intervenção pedagógica se encontrava fundamentada em atendimento clínico-terapêutico, fortemente ancorado em testes psicológicos e diagnósticos médicos.

Historicamente, a Educação Especial no Brasil teve seu início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857 (Atual Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES), ambos no Rio de Janeiro (MEC/SEESP, 2008).

Em 1926, na intenção de ser uma instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental é fundado o Instituto Pestalozzi e em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e em 1945 é criado, na Sociedade Pestalozzi, o primeiro atendimento destinado à crianças com superdotação (MEC/SEESP, 2008).

Em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, o atendimento educacional à pessoa com deficiência passa a ser fundamentado, colocando como direito aos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Em 1971, uma nova lei, Lei nº 5692/71, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, define um tratamento educativo especial à pessoa com deficiência, contanto sem promover uma organização capaz de atender às necessidades especiais.

Em 1973 o Ministério da Educação cria o Centro Nacional de Educação Especial, que passa a ser o responsável pelo gerenciamento da educação especial no Brasil. Contudo, é visto como uma política marcada por uma visão assistencialista e isolada do Estado (MEC/SEESP, 2008).

Outras conquistas históricas para o aluno com deficiência e em geral às pessoas com deficiência se deram com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, que teve, entre seus objetivos principais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso VI); a garantia da educação como um direito de todos (art. 205) e a igualdade de condições e acesso e permanência na escola (art. 206).

Na Década de 90, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)¹² e a Declaração de Salamanca (1994), documentos estes em que o Brasil é signatário, passaram a influenciar a formulação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, contudo:

ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizadas os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial (MEC/SEESP, 2008, p. 3).

Em 1996, com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 59, ressalta que os

¹² A Declaração Mundial de Educação para Todos é um documento da ONU/UNESCO, firmado em Jomtien (Tailândia), 1990 o qual traça diretrizes para a oferta de uma educação de qualidade e para todos.

sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais” : currículos, métodos, técnicas, recursos educativos para atender às necessidades especiais; terminalidade específica para aqueles que não puderem concluir o Ensino Fundamental em virtude de sua deficiência; professores com especialização adequada no atendimento à alunos com deficiência; educação para o trabalho visando sua inclusão na sociedade e acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Em 1999, o Decreto nº 3298 que dispõem sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define que:

a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular (MEC/SEESP, 2008, p. 03).

Em 2001, o Plano Nacional de Educação¹³ destaca a Educação Inclusiva como meio de garantir o atendimento à diversidade humana, através de uma educação de qualidade. Contudo, indica caminhos para essa conquista tais como oferta de mais vagas para alunos com necessidades especiais, investimento em formação docente e atendimento educacional especializado e adoção de novas práticas para a acessibilidade.

A Convenção da Guatemala¹⁴, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3956/2001 tem uma grande repercussão na educação e nas políticas públicas de educação, que passam a adotar esforços para a eliminação de barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Em 2002, a lei nº 10436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio legal de comunicação e expressão e a inclusão no currículo de formação de professores e de fonoaudiólogos. Também em 2002, a portaria nº 2678/02 do MEC, aponta normas e diretrizes para o uso, ensino e produção no sistema Braille em todas as modalidades de ensino (MEC/SEESP, 2008).

¹³ PNE – Lei nº10.172/2001

¹⁴ A Convenção de Guatemala, de 28 de maio de 1999, trata em seu documento a necessidade da eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e a adoção de políticas e práticas que favoreçam a sua integração na sociedade. Parte da idéia de que as pessoas com deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas e trata como discriminação toda ação que vá de encontro a idéia fundamental da convenção.

Em 2003 o Programa Educação Inclusiva é implementado pelo Ministério da Educação. Tal programa busca incentivar investimentos e iniciativas na formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (MEC/SEESP, 2008, p. 4)

Em 2004, o Decreto nº 5296/04 estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2005, o Decreto nº 5626/05, dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular. (MEC/SEESP, 2008). Também em 2005, núcleos de atividades de altas habilidades/superdotação são organizados a fim de orientar famílias, formar professores e atender a alunos com altas habilidades/superdotação.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, o qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação, em todos os níveis de ensino, que coopere no desenvolvimento social e acadêmico da pessoa com deficiência. Para isso, os esforços deveriam estar voltados a fim de que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema de ensino, que possam ter acesso ao ensino fundamental de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com os demais.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, cujos eixos de ação estão concentrados na formação de professores para a educação inclusiva, a implantação de salas de recursos, acessibilidade arquitetônica e acesso e permanência da pessoa com deficiência nas modalidades de ensino.

Em 2008, o Brasil, que já havia optado por uma política educacional inclusiva, reforça seus valores e orientações por meio do documento “Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva”. Tal documento tem como por objetivo facilitar:

o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais”(MEC/SEESP, 2008. p. 07).

É relevante afirmar que a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva busca garantir, entre outras ações a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; o atendimento educacional especializado políticas de formação de professores para o atendimento educacional especializado e políticas públicas de acessibilidade.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ALUNO COM DIAGNÓSTICO DE DEFICIÊNCIA

O trabalho, a livre escolha do emprego e condições humanas de trabalho é um direito universal do homem, direito este presente no artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A necessidade da elaboração de políticas públicas mais eficazes para uma maior inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho fez com que o Estado e a própria sociedade refletisse formas não somente de inclusão, mas de formação profissional e permanência no trabalho.

O Brasil é signatário de diversas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e vem se esforçando, por meio de suas políticas públicas, fomentar ações de combate à discriminação da pessoa com deficiência e sua inclusão no mercado de trabalho.

É certo que algumas pessoas com deficiência sofrem por motivos de exclusão e isolamento por parte de uma sociedade que não está preparada para o que é diferente. Como consequência desse isolamento as dificuldades emocionais, sociais, de acessibilidade e principalmente financeiras, tendem a comprometer a vida da pessoa com deficiência. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho traz à essa pessoa visibilidade, segurança, auto-estima e sua própria inclusão nesta sociedade.

Um dos problemas encontrados no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho refere-se à sua formação e preparação para o trabalho. A fragilidade de sua formação e da ausência de experiência faz com que a pessoa com deficiência venha ocupar cargos e funções menores e desvalorizadas, que frente às constantes crises, são as primeiras a serem cortadas do quadro de funcionários.

Segundo Viégas (2000) a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho requer, portanto, a adoção de mecanismos que propiciem a igualdade de

oportunidades e a preparação para a vida. O fato de apresentarem alguma dificuldade, seja de locomoção, visual, auditiva ou intelectual, não deve alijá-la do processo produtivo, nem tampouco torná-la objeto de ações de caráter meramente assistencialista.

É relevante sempre afirmar a importância da qualificação profissional da pessoa com deficiência, enquanto maneira de lhe proporcionar a inclusão social. Sendo assim, essa formação deve basear-se em uma política de inclusão social e trabalhista, ao invés de uma política assistencialista.

A Lei Orgânica de Assistência Social ¹⁵, busca promover a integração da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, também proporciona o benefício mensal de um salário mínimo para aqueles que não conseguem prover a própria manutenção. Essa contradição, segundo Viégas (2000) se torna evidente quando se observa na mesma lei a garantia de se oferecer para uns o amparo assistencialista e para outros, políticas de proteção ao emprego.

De certa forma, isso demonstra a dificuldade do Estado em realizar políticas públicas que abrace a todos. Afinal, a prática de uma inclusão séria e legal se esbarra na própria realidade de pessoas com deficiência que são beneficiadas com um salário mínimo, que em muitas vezes é insuficiente para suprir suas necessidades, levando-as para o sub-emprego e trabalho informal.

A oportunidade da pessoa com deficiência ter o seu emprego permite-a não somente uma inclusão social, mas uma vivência educativa, onde o exercício de sua função, as relações sociais, a questão do limite, direitos e responsabilidades são experiências que a levam ao constante aprendizado e valorização por parte daquele que emprega e por parte da sociedade.

A orientação profissional das pessoas com deficiência tem como objetivo cooperar no desenvolvimento das potencialidades e do conhecimento, na realização de sonhos e desejos e no favorecimento pleno da cidadania, sendo assim é consenso que a importância da qualificação profissional da pessoa com deficiência é uma das formas mais relevantes de inclusão social.

Segundo Viégas (2000) o currículo destinado ao trabalho com pessoas com deficiência, com vistas à inclusão no mercado de trabalho, deve ser adaptado,

¹⁵ LOAS – Lei nº 8742/93

flexível e aberto onde deve contemplar a nova lógica de mercado, os aspectos cognitivos e conteúdos relacionados com aspecto social e afetivo-emocional.

Tal currículo, que embasa um trabalho sistematizado voltado à inclusão da pessoa com deficiência deve cooperar de maneira eficaz no surgimento de uma consciência crítica do indivíduo a fim de que sejam conhecedores de seu papel como cidadão e ao mesmo tempo terem oportunidade de cobrar seus direitos e exercerem deveres devidamente, através do conhecimento adquirido, por meio dessa formação sistematizada.

É certo que o estímulo à aprendizagem deve seguir estratégias claras, contudo, podem ser flexíveis, levando-se em conta o grau e diversidades de deficiências. Viegas (2000) apresenta as seguintes estratégias de aprendizagem em relação a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: saber pensar, aprender a aprender e constante formação.

A escola, como espaço de inclusão e formação deve oportunizar meios e instrumentos para um trabalho comprometido com a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Em outras palavras, de acordo com Viégas (2000) a escola deve estar atenta à modernização e à diversidade, adotando uma atitude positiva, com o compromisso de valorizar as potencialidades e necessidades individuais, estimulando o aluno a aprender (p.19). Para Aranha (2008) o princípio de um trabalho de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho acontece na sondagem dos postos de trabalho e alternativas de emprego existentes na comunidade.

Viégas (2000), acredita na importância da realização de pesquisas que atualizem os dados sobre o mercado de trabalho para os diferentes grupos de pessoas com deficiências, proporcionando, inclusive, informações acerca da influência da tecnologia o que se refere à abertura de novos campos de profissionalização para as pessoas com necessidades especiais compatíveis com a demanda de mercado.

Para Aranha (2008) a realização do trabalho de inclusão da pessoa com deficiência, faz-se necessário a exploração das alternativas de emprego e dos tipos de empresas, tendo em vista que é importante que se identifique e analise as funções ocupacionais existentes, quais os critérios adotados pelas diferentes empresas

para contratação, bem como os requisitos necessários para desempenho das funções ocupacionais (p. 20).

Tal trabalho pede do professor orientador além da capacidade de pesquisa a habilidade de propor ações que evidenciem a real inclusão.

As ações apresentadas por Viégas (2000) que objetivam enfatizar a inserção e permanência da pessoa com deficiência no mercado de trabalho valorizam as seguintes ações:

- encaminhamento da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho;
- encaminhamento a estágios e formação profissional;
- criação de parcerias com instituições de educação profissional com objetivo de atender as pessoas com deficiência;
- trabalho com a formação de professores que atendam a alunos em escolas inclusivas;
- atualização e aperfeiçoamento dos professores das instituições especializadas no atendimento às pessoas com deficiência a fim de que ofereçam um atendimento de acordo com a realidade atual do mercado.

Em seus estudos, Aranha (2008) apresenta relevantes possibilidades de trabalho, tais como:

- o trabalho de formação e orientação da pessoa com deficiência, no intuito de facilitar a contratação;
- eliminação de barreiras ambientais, arquitetônicas e sociais;
- assistência ao empregado quanto suas dúvidas na contratação da pessoa com deficiência, identificação e implementação de ações necessárias para a acessibilidade;
- contato permanente com o setor de recursos humanos a fim de desenvolver trabalhos junto às empresas e seus funcionários a fim de conscientizar e sensibilizar.

O Trabalho de orientação

O trabalho pedagógico com alunos com deficiência normalmente entra em choque com a função primordial da escola que é a produção do conhecimento e a preparação para a vida produtiva, haja vista que o seu ritmo de aprendizagem e prioridades acadêmicas não correspondem com o ideal de uma escola centrada em um currículo burocrático e tradicional (BATISTA, 2006).

O professor que trabalha com a orientação ao mercado de trabalho para alunos com deficiência deve inserir em sua prática pedagógica a valorização da diversidade de atividades e experiências as quais o aluno, ao vivenciá-las, também experimenta novas aprendizagens. Em outras palavras:

as práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversidade de atividades (Batista, 2006, p.13).

O trabalho de orientação destinado aos alunos com deficiência é entendido como um atendimento educacional especializado. Para Batista (2006) o atendimento educacional especializado é fruto de uma nova visão do Ensino Especial a qual visa o sucesso escolar do aluno especial no processo de inclusão em uma escola regular.

Assim, o atendimento educacional para o aluno especial deve permitir que esse aluno saia de uma posição de “não-saber”, ou de “recusa de saber” para se apropriar de um saber que lhe é próprio, ou melhor, que ele tem consciência de que o construiu (BATISTA, 2006, p. 20).

A relevância desse trabalho se justifica ao perceber que as atividades realizadas busca valorizar a prática e reflexão coletiva dos alunos especiais, unido a um conhecimento que lhe oportuniza posicionar-se diante de sua realidade. Além disso, de acordo com Batista (2006), também permite uma:

liberdade de criação e de posicionamento autônomo do aluno mediante do saber permite que sua verdade seja colocada, o que é fundamental para os alunos com deficiência mental. Ele deixa de ser o “repeteco”, o eco do outro e se torna um ser pensante e desejante de saber (p.20).

Esse é um princípio da inclusão, um começar para uma liberdade efetiva que rompe com as barreiras culturais, sociais e históricas de preconceito e exclusão. Percebe-se que nas escolas inclusivas, não se busca abordar o tema TRABALHO em seu currículo, até mesmo porque evidencia uma educação enciclopédica e não uma educação que busque valorizar conhecimentos referentes à cidadania, sociedade, justiça, política e, principalmente, mercado de trabalho.

Faz-se necessária por parte da equipe pedagógica da escola a compreensão de que, para que a participação do estudante com deficiência seja atuante na sociedade, não se faz somente pelos conhecimentos obtidos por esse aluno na escola, mas de sua participação e visibilidade em sua comunidade.

A orientação para o trabalho destinado a alunos com deficiência deve ser motivador a fim de incentivá-los a adotar uma postura crítica e cidadã frente às questões do trabalho, visto que a grande maioria da clientela são alunos que não possuem experiência de trabalho. Cabe àquele que orienta, desenvolver projetos que visem a inclusão no mercado de trabalho, tendo como ponto de partida a:

identificação de problemas concretos na ação da escola tais como: organização e divisão do trabalho no interior da escola, relações de poder, competência ou incompetência para um dado projeto política pedagógico, as questões da evasão, repetência e avaliação do processo de ensino aprendizagem, carência e não carência cultural, educação para o trabalho ou sobre o trabalho (Tavares, 1986, p. 64).

Por meio dessa prática o professor que fica por conta do trabalho de orientação pode construir, tendo como referencial aquilo que foi observado, um currículo o qual abordará as questões pertinentes ao ambiente em que trabalha e ao tema que busca abordar: Mercado de Trabalho. Na sua prática, enquanto questionador do Mundo do Trabalho, deve buscar levar aos alunos com deficiência, uma abordagem curricular voltada para essa realidade o qual questiona.

É claro que essa atividade exige tempo e planejamento. Faz-se necessário, então, um esforço coletivo, tanto da direção quanto dos professores, em uma prática pedagógica em que se observa comprometimento e coletividade. Assim, a união entre os professores voltados para o mesmo fim pode ser entendida como um esforço conjunto por um mesmo ideal, ou seja, o ideal de debater entre os alunos

questões relativas à cidadania, política e sociedade envolvidas em um mesmo tema: Trabalho, sob a ótica da experiência de vida das pessoas com deficiências.

A abordagem de questões e situações que condizem com o dia a dia da pessoa com deficiência permite que o próprio aluno com deficiência compare a sua realidade com a realidade questionada. Assim, a escola não seria um espaço estranho, desconexo com seu mundo, mas uma extensão reflexiva e prática de sua realidade. Cabe ao professor,

um redirecionamento movido por um novo Projeto Político Pedagógico que vai de encontro aos anseios de um grupo de pessoas que buscam a democratização da escola como uma das instâncias de luta da sociedade civil, pela possibilidade de todos terem acesso a um sabor que lhes dêem condições de entender melhor o seu mundo e com isto, maior possibilidade de sobreviverem dentro dele (Tavares, 1985, p. 29).

Os professores que trabalham com alunos com deficiência devem atuar de maneira efetiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico de sua escola. Afinal a sua vivência e convivência com o aluno com deficiência o credencia a cooperar na elaboração de um plano político pedagógico com caráter inclusivo e ético para com os alunos.

Dessa forma esse mesmo professor deve buscar integrar no Projeto Político Pedagógico, propostas pedagógicas que englobe os alunos com deficiência os quais trabalhaos alunos incluídos pois este sabe

quem é o aluno concreto, de que mundo é oriundo, qual grupo sócio-cultural, qual é a cultura acumulada pelo seu grupo sócio-econômico-cultural ou seja, que é esse aluno, de fato. O que ele já sabe, o que quer saber, o que precisa saber (Garcia, 1985, p. 12).

As atividades de um professor orientador, e este como um professor que dirige um trabalho voltado aos alunos com deficiência, deve valorizar atividades grupais, tais como sessões de grupo, aconselhamento, conselho de classe, entre outros. O professor deve ter a clareza de que o seu trabalho tem um grande propósito histórico, político e social. O somatório dessas propostas toma uma dimensão maior quando o tema trabalhado coletivamente é sobre o Mercado de Trabalho (Tavares, 1985).

Assim as questões sobre o trabalho, que podem ser abordadas entre os alunos, devem fazê-los refletir sobre sua realidade, afinal

o mundo do trabalho, as relações de trabalho , as formas de organização do trabalho na sociedade o qual o aluno e nós vivemos, transforma-se em material de discussão da escola, (...) O trabalho passa a ser pólo norteador de tudo, o que acontece na escola, estabelecendo um nexos entre o que se faz na escola e a vida concreta do aluno e, portanto com o trabalho (Garcia, 1985, p. 15).

A prática do professor orientador, abordada por uma diretriz curricular, acontece como uma orientação que busca discutir questões sobre o trabalho atual a partir de temas como Mercado de Trabalho, desemprego, legislação Trabalhista, prevenção de acidentes, entre outros.

Mais do que isso, um currículo que norteia a prática do professor orientador deve permiti-lo a trabalhar com a idéia da multideterminação do humano (Bock, 1993), ou seja, a compreensão de que o aluno com deficiência não é um ser preso em suas limitações e constantemente diagnosticado sob o ponto de vista daquilo que não consegue executar. O aluno com deficiência é um ser histórico, construído por meio de suas relações sociais, seus sonhos, sua experiência de sucesso e de exclusão. O professor orientador deve observar essa multideterminação, tende em vista que

as propriedades que fazem do homem um ser particular, que fazem deste animal um ser humano, são um suporte biológico específico , o trabalho e seus instrumentos, e linguagem, as relações sociais e uma subjetividade caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções e pelo inconsciente. Com isto queremos dizer que o humano é determinado por todos esses elementos. Ele é multideterminado (Bock, 1993, p.177).

Pode-se afirmar que, em relação aos objetivos desse currículo, a orientação destinada aos alunos com deficiência deve

criar condições para que a pessoa a ela submetida reflita sobre o processo e o ato de escolha profissional, bem como sobre o ingresso em uma atividade profissional e no seu exercício no contexto mais geral da sociedade onde tais ações se processam. Subsidiariamente espera-se que o indivíduo assim assistido ganhe condições de realizar

escolhas profissionais efetivamente conscientes “no sentido de escolhas que ocorrem a partir da reflexão sobre seus condicionamentos e não a partir de sua aceitação, quando e onde as oportunidades se apresentarem (Ferreti, 1997, p. 15).

O trabalho do professor orientador deve pautar-se pela constante atualização dos conhecimentos e acontecimentos que rodeiam a dinâmica no mercado de trabalho. Partindo dessa premissa é também relevante saber como é a comunidade em que trabalha, quais são suas dificuldades e demandas, como esta prática está inserida no planejamento do Projeto político pedagógico da escola e principalmente em que proposta curricular e tendência pedagógica ampara o seu trabalho.

Outro caminho relevante para a prática da orientação é a valorização do trabalho em grupo e das experiências coletivas vivenciadas entre os alunos com deficiência. O vínculo construído entre eles, por meio da diversidade de experiências na sociedade e vivências grupais orientadas coopera para o amadurecimento dos alunos participantes. Tal proposta gera uma discussão a respeito de uma verdadeira inclusão da pessoa com deficiência onde

por meio de sistemas de auxílio mútuo, seguros, essencialmente uma comunidade de apoio de indivíduos interdependentes estaremos construindo o “nós” coletivo, fornecendo a todos os membros um senso de identidade único, um senso de fazer parte de um grupo e de um lugar. É somente por meio de um esforço coletivo que o compromisso com o núcleo de valores sociais, de justiça, de tolerância, de interesse e do respeito pelo outro pode ser adquirido (Stainback, 2006, p. 10).

As vivências coletivas oportunizadas pelo professor orientador e principalmente as realizadas fora do âmbito escolar, por meio de vivências socializadoras como passeios, participações em atividades festivas e/ou comemorativas, visita às empresas, participação em palestras foge à regra do princípio de uma escola comum (apenas acumular conhecimento), mas supera limites, ao permitir o aluno conhecer a si mesmo, ao outro e se expor frente à sua comunidade, fazendo-se visíveis e dispostos a alcançar o seu espaço.

Segundo Batista (2006) experiências facilitadoras da inclusão no aluno na comunidade e na própria escola, desmonta um hábito homogeneizador ainda presente na escola e elimina posturas excludentes, haja vista que a diversidade e a

heterogeneidade dos sujeitos envolvidos privilegia e fomenta novos ideais e práticas pedagógicas.

De certa forma, tal colocação justifica um planejamento um tanto flexível, quando se busca trabalhar com jovens especiais. De acordo com Batista (2006) a boa receptividade dos alunos frente à inovação anima-os a criar e ter liberdade para experimentar alternativas de vivências e experiências em relação à formação e preparação para o mercado de trabalho. Assim,

essa autonomia para criar e experimentar coisas novas será naturalmente extensiva aos alunos com ou sem deficiência. Assim, o alunos com deficiência serão naturalmente valorizados pelo reconhecimento de suas capacidades e respeito à suas limitações (Batista, 2006, p. 12).

A formação do auto conceito do aluno com deficiência é também uma preocupação em formação sócio – cognitiva e afetiva quanto sob o ponto de vista da aprendizagem. Visto que é através do auto conceito que se estrutura sua auto-estima e é através dela que se tem uma dimensão de suas possibilidades de socialização; afinal é na interação social que se dá o desenvolvimento do aprendiz.

O objetivo educacional de trabalhar a valorização da auto-estima e da identidade dos alunos com deficiência faz-se relevante quando se prioriza o trabalho em grupo. Segundo Stainback (2006), o trabalho em equipe e cooperação com outros membros da comunidade da escola além de serem ferramentas positivas de aprendizagem são também peças importantes como objetivo educacional (p.12).

Dessa forma problemas como a ausência de autonomia e comportamentos que revelam baixa auto-estima, insegurança e dificuldades em relação à percepção e construção de sua identidade podem não ser vistos como problema, mas possibilidades de reflexões sobre quais melhores intervenções pedagógicas seriam necessárias para combater tais problemas.

A própria convivência na escola e na comunidade permite ao aluno passar por transformações na esfera da vida e das relações com o outro, possibilitando a sua interação segura no contexto social e fortalecimento de pré-requisitos necessários para a inclusão no mercado de trabalho (Costa, 2000). Assim, quanto mais rica for essa interação, maiores são suas aquisições quanto à aprendizagem, experiência, conflito e conquistas.

.OBJETIVOS

A pesquisa *Inclusão do Estudante com Deficiência no Mercado de Trabalho através do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT)* destina-se ao estudo e compreensão da dinâmica do trabalho do SOT na inclusão de alunos com deficiência no mercado de trabalho.

É certo que o trabalho é visto como um caminho importante para o reconhecimento pessoal, a socialização, aprendizado, a sobrevivência e expressão da identidade (LEON, 2009).

A ação do Serviço de Orientação ao Trabalho visa oportunizar o caminho de inclusão ao mercado de trabalho aos alunos diagnosticados com deficiência, no intuito de permiti-lo crescer em autonomia, em consciência de cidadania, tendo visibilidade social e respeito (ARANHA, 2007).

Dessa forma, a presente pesquisa acontece tendo como participantes os alunos e a análise da prática e rotina pedagógica do SOT. Este trabalho buscou analisar a realidade utilizando-se de dados provenientes de entrevistas, registros, documentos, diário e relatório de alunos, a fim de alcançar os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Realizar estudo sobre o trabalho destinado à inclusão de alunos com diagnóstico de deficiência, provenientes de escolas públicas de Santa Maria-DF, ao mercado de trabalho, por meio do Atendimento Complementar Serviço de Orientação ao Trabalho (SOT).

Objetivos Específicos:

- Analisar o perfil dos alunos com diagnóstico de deficiência atendido pelo SOT;
- Registrar a rotina e trabalho pedagógico do SOT;
- Relatar os encaminhamentos de alunos, realizados pelo SOT, ao mercado de trabalho.

III - METODOLOGIA

A pesquisa *Inclusão do Estudante com Deficiência no Mercado de Trabalho Através do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT)* foi realizada no intuito de ser um estudo sobre a inclusão no mercado de trabalho de estudantes com deficiência em Santa Maria – DF, através do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT).

O atendimento SOT (Serviço de Orientação ao Trabalho)¹⁶ é um atendimento educacional especializado, aos jovens com deficiência com vistas à inclusão no mercado de trabalho, podendo ocorrer não somente no próprio Centro de Ensino Especial, que é quem oferta este atendimento, mas também na própria escola do aluno, em seu atendimento na sala de recursos e com sua família.

Dessa forma a pesquisa se limitou a estudar o trabalho realizado em Santa Maria, DF, através do Centro de Ensino Especial 01 de Santa Maria, escola responsável pela oferta do atendimento aos alunos com deficiência.

A pesquisa utilizou-se de técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa na intenção de elaborar um melhor trabalho e proporcionar uma visão mais integrada do problema estudado. Assim, as técnicas e materiais utilizados cooperaram na percepção mais profunda da realidade e dos sujeitos envolvidos. Enquanto os dados qualitativos expressam a subjetividade dos sujeitos os dados quantitativos permitem criar um diagnóstico estatístico dessa realidade, uma concepção generalista, mas fiel à essa realidade e motivadora de novos questionamentos, hipóteses e ações.

A pesquisa busca trabalhar dentro de uma ótica onde percebe o Serviço de Orientação para o Trabalho como instrumento de inclusão e reflexão sobre o estudante com deficiência e sua possível inclusão no mercado de trabalho.

Para isso, a pesquisa acontece por meio de um trabalho apoiado em três hipóteses:

¹⁶ Durante o relato da pesquisa a sigla SOT será utilizado para substituir o termo Serviço de Orientação para o Trabalho.

→ primeiro: Os alunos com deficiência, a serem incluídos no mercado de trabalho, através do SOT, possuem capacidade laborativa.

É relevante ressaltar que a compreensão que a pesquisa tem de “capacidade laborativa” refere-se ao fato do aluno estar pronto para ser inserido no mercado de trabalho, independente de seu grau de deficiência. Em outras palavras, a pesquisa acredita que, embora a diversidade de deficiências relatadas não limitam as oportunidades de inclusão do aluno no mercado de trabalho.

Para tal a análise é relevante o uso da entrevista e do estudo do laudo médico do aluno. Tais documentos possibilitam não somente compreender que tipo de deficiência o aluno do SOT possui como também perceber a relação dessa deficiência com o próprio aluno e as suas possibilidades de inclusão no mercado de trabalho.

→ segundo: Os alunos com deficiência trazem pouca ou nenhuma experiência de vida laborativa.

A análise dos documentos e entrevista buscam perceber se esta hipótese é correta ou não. Em um ponto de vista inicial, acredita-se que, na maioria dos casos, alunos com deficiência não vivenciam ou não vivenciaram atividade laborativa informal, tendo como parâmetro a própria realidade de alunos não deficientes, que encontram sérias dificuldades de inclusão no mercado de trabalho.

Além disso, o próprio histórico de vivência educativa extra-curricular podem expor a realidade de um grupo que está ou não preparado frente à inclusão digital e domínio de ferramentas tecnológicas tão necessárias para a inclusão em um mercado de trabalho altamente tecnológico.

→ terceiro: O currículo estabelecido para o SOT, busca cooperar na orientação do aluno para o mercado de trabalho.

O currículo estabelecido para o SOT compõe de um documento com diretrizes que orientam habilidades básicas e de gestão para o trabalho que visam

cooperar na formação do aluno para uma inclusão no mercado de trabalho mais efetiva.

Contudo, a pesquisa acredita e mantém a hipótese de que tal currículo trabalhado pelo SOT, não busca em sua essência a formação profissionalizante, mas orientadora, a fim de esclarecer e formar o aluno cidadão.

Além da análise de conteúdo, a própria análise dos temas trabalhados e rotina didática do atendimento também estão abordadas. O estudo do diário e do planejamento do atendimento SOT permite-nos compreender os temas relevantes trabalhados com o objetivo na inclusão do aluno no mercado de trabalho

→ Instrumentos de construção de dados

Para esta pesquisa os instrumentos utilizados foram os seguintes:

- entrevista: a entrevista com os alunos buscou analisar diversas variáveis que iriam contribuir na análise do perfil do aluno, de sua relação com a família e escola, suas experiências de trabalho e vida acadêmica. Outro fator relevante que caracteriza a entrevista como o melhor instrumento utilizado foi o fato de que muitas entrevistas realizadas contemplaram a participação do responsável, onde se permitiu compreender a sua percepção frente à inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho.

- Documentos do SOT: relatórios e laudo médico contribuíram para a análise da questão do estudo da diversidade de deficiências observadas no grupo estudado. Outro documento utilizado refere-se ao controle de visitas externas realizadas pelo SOT. A análise de tais visitas buscam refletir como se dá o trabalho pedagógico itinerante do SOT e que tipo de empresas foram consultadas a fim de propor parcerias para a inclusão do aluno.

- Currículo do SOT: O currículo destinado a enumerar temas para planejamentos de habilidades básicas e de gestão para o trabalho foi um documento utilizado pela pesquisa para relatar a intenção pedagógica e política do currículo, sob a visão acadêmica das tendências pedagógicas trabalhadas por Libâneo (1986).

- Diário de Classe: O diário de classe utilizado pela pesquisa busca analisar a rotina do trabalho pedagógico do atendimento SOT. Assim, ao analisar os temas e planejamentos destinados, pode-se compreender a rotina e a intenção pedagógica do atendimento destinado aos alunos com deficiência tendo em vista a inclusão no mercado de trabalho.

→ Critério de Escolha dos Sujeitos

Todos os alunos que participam do SOT são alunos obrigatoriamente matriculados na rede pública de ensino em Santa Maria. Além disso todos os alunos participantes possuem diagnóstico médico, que caracteriza-o como pessoa com deficiência, além é claro de estarem regularmente inseridos no programa do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT).

Os alunos escolhidos estão na faixa etária acima dos 17 anos, pois o atendimento do SOT compreende que é nesta idade que os alunos estão aptos, legalmente ¹⁷, para a inclusão em estágios remunerados e no mercado formal de trabalho.

Assim, a pesquisa engloba um total de 33 (trinta e três) alunos, todos matriculados em escolas públicas de Santa Maria, como se percebe no quadro a seguir:

¹⁷ Leis como 7.853/89, 8.123/91 e Decreto 3298/99 tratam a respeito da inclusão e proteção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Número de alunos da pesquisa e respectivas escolas

Escola	Modalidade de Ensino	Total de Alunos pesquisados
Centro de Ensino Fundamental 103	Ensino Fundamental	02
Centro de Ensino Fundamental 201	Ensino Fundamental	01
Centro de Ensino Fundamental 209	Ensino Fundamental	01
Centro de Ensino Fundamental 213	Ensino Fundamental	03
Centro Educacional 310	Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Médio	09
Centro de Ensino Fundamental 316	Ensino Fundamental	02
Centro de Ensino Médio 404	Ensino Médio	09
Centro de Ensino Médio 417	Ensino Médio	06
Total de alunos: 33 (Trinta e três) alunos		

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

O que é SOT

Segundo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o atendimento educacional especializado tem com função identificar, elaborar e organizar recursos e meios pedagógicos que cooperem na busca de uma inclusão de qualidade do aluno. Tais recursos são trabalhados, diferenciando-os do conteúdo aplicado em sala de aula, contudo não substituindo a escolarização (MEC/SEESP,2008).

Uma dessas alternativas encontra-se o Atendimento Complementar, que é tido como um apoio à inclusão, que atua de forma articulada com a integração escola – família – comunidade do Centro de Ensino Especial

No intuito de ampliar as possibilidades de acesso do aluno com deficiência no mercado de trabalho e sua efetiva inclusão social, os Centros de Ensino Especiais do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação Especial do Distrito Federal, dispõe de um Serviço de Orientação para o Trabalho – SOT. Seu funcionamento se dá

por meio de um conjunto de ações inter-relacionadas, desenvolvidas por diferentes profissionais, com foco na perspectiva de vida dos estudantes. Apresenta como finalidade precípua o auxílio no desenvolvimento de competências e de habilidades, a fim de prepará-los para o mundo do trabalho (Orientação Pedagógica, 2006, p. 110).

O SOT é constituído pelo Coordenador do Programa de Oficina Pedagógica e pelo professor que atua na atividade de gestão para o trabalho. Entre suas funções, segundo a Orientação Pedagógica (2006:110-111), destaca-se: a orientação de ofertas de cursos para a formação profissional; encaminhamento dos alunos ao mundo do trabalho; captação de vagas para o emprego e para estágios para os alunos com deficiência, atendidos pelo SOT.

A pesquisa *Inclusão do Estudante com Deficiência no Mercado de Trabalho Através do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT)* será aqui analisada, pelos

dados coletados durante o ano letivo de 2010, por meio Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT), realizado no Centro de Ensino Especial de Santa Maria - DF.

A pesquisa buscou observar como se dá a dinâmica do trabalho do SOT. Para isso, buscou analisar de forma qualitativa e quantitativa, tanto o trabalho pedagógico do SOT quanto a clientela trabalhada.

Em outras palavras, a análise do trabalho do SOT, se deu por meio de análise de sua rotina pedagógica de trabalho (seja no planejamento ou na ação frente ao aluno, a escola e a sociedade) como também buscar conhecer quem são e como são os alunos com deficiências incluídos no programa do SOT e como esse perfil pode estabelecer a sua inclusão ou não no mercado de trabalho e diretrizes de trabalho destinado aos alunos com deficiência.

A análise dos dados permite-nos compreender quem é o aluno com deficiência que se deseja trabalhar; dessa forma, a análise dos dados se dará primeiramente pela construção do perfil desse aluno e da clientela atendida pelo SOT no ano letivo de 2010.

Em seguida a pesquisa busca analisar a rotina pedagógica do SOT, através de pesquisa em documentos, diários de classes e registros diários, e sua atuação na tentativa de inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho, seja pelo contato com a família, escola e empresas.

Participantes do Atendimento Complementar de Serviço de Orientação para o Trabalho - SOT

O Serviço de Orientação para o Trabalho, durante o ano letivo de 2010, atendeu a 33 alunos com deficiência, sendo 20 alunos do sexo masculino e 13 feminino, como pode-se observar tabela abaixo:

Tabela 1: Alunos Atendidos pelo SOT

Sexo	Número de alunos	Porcentagem (%)
Masculino	20	60,6 %
Feminino	13	39,4 %
Total	33	100,0 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Embora a presença de um número maior de mulheres nas escolas seja uma característica da educação brasileira ¹⁸, no atendimento do SOT, percebeu-se exatamente o inverso, tendo em vista que os alunos homens que participam do atendimento, são 60,6 % dos alunos atendidos. Tal contradição pode ser justificada ao observar que, pelos dados do Censo 2000, os homens predominam no caso de deficiência mental, física e auditiva ¹⁹.

O atendimento SOT, durante o ano letivo de 2010, buscou privilegiar alunos acima de 18 anos, tendo em vista que é a idade mínima obrigatória para a inclusão no mercado formal de trabalho²⁰. É relevante afirmar que o atendimento SOT trabalhou com alunos a partir dos 17 anos a fim de buscar a inclusão em estágios e programas menor aprendiz²¹. Sendo assim, a média de idade dos alunos atendidos ficou entre 17 e 25 anos, como pode-se observar na tabela a seguir:

¹⁸ Informação baseada em pesquisa do INEP, colhida no site http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news05_07.htm, colhido em 27/02/2010

¹⁹ Dados do Censo 2000, publicados em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1

²⁰ O SOT utilizou como base legal a lei nº 10097/2000 para selecionar os alunos, levando em conta a idade, para participar do programa.

²¹ Empresas que trabalham com menor aprendiz estão subordinadas à Lei nº 10097/2000, o qual em seu artigo 402 considera menor o jovem de 14 a 18 anos. Além do mais, considera que o contrato com o menor aprendiz é um contrato de aprendizagem visto como um “contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.” (Lei nº 10097/2000 art. 428)

Tabela 2: Idade dos alunos atendidos pelo SOT

Idade	Quantitativo	Porcentagem (%)
17 - 18 anos	12	36,4 %
19 - 20 anos	13	39,4 %
21 - 22 anos	05	15,1 %
23 - 25 anos	03	09.1 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Os alunos atendidos tem entre 17 e 25 anos. A média de idade dos alunos atendidos é de 19,2 anos. Contudo, a média de idade entre as mulheres é 18,7 e dos homens 19,6 anos.

Pode-se também perceber que a grande maioria dos alunos, 63,6 %, tem entre 19 e 25 anos, o que nos faz ter a idéia de que os alunos encontram-se em déficit idade/série, tendo em vista que a idade mínima para a conclusão, tanto do Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio é de 18 anos²².

A diferença da média de idade em relação à escolaridade, não é acentuada quando observada no grupo de alunos do Ensino Médio, contudo o problema do déficit idade/série é explícito ao se observar os grupos de alunos do Ensino Médio e EJA, como pode-se perceber na tabela abaixo:

Tabela 3: Média de idade e nível de ensino dos alunos atendidos pelo SOT

Nível de Ensino	Média de Idade
EJA ²³	19,3 anos
Ensino Fundamental ²⁴	18,8 anos
Ensino Médio ²⁵	19,1 anos

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

A pesquisa constatou que os alunos são provenientes de turmas de EJA, Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio. Os trinta e três alunos atendidos

²² A idade mínima de 18 anos colocada pela pesquisa vai pela lógica da idade de entrada da criança no ensino fundamental, aos sete anos, e concluindo, sem nenhuma experiência de reprovação o ensino médio aos 17 anos, totalizando 11 anos de escolarização.

²³ EJA – Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de ensino, aqui tratada pela pesquisa será relacionada à turma de Jovens e Adultos com deficiência, turma esta matriculada em Centro Educacional, durante o turno matutino, com currículo adaptado. Assim, durante a análise da pesquisa a sigla EJA será utilizada para substituir a expressão “Educação de Jovens e Adultos”.

²⁴ Etapa da educação básica com duração de nove anos. Na pesquisa, os alunos do Ensino Fundamental, serão aqueles que cursam do 6º ao 9º ano.

²⁵ Modalidade de Ensino que compreende o 1º ao 3º ano (antigo Segundo Grau).

pelo SOT são provenientes de 10 escolas públicas de Santa Maria. A pesquisa, para análise mais abrangente, dividiu os alunos em níveis de ensino, como pode-se observar tabela abaixo:

Tabela 4: Nível de Escolaridade dos alunos atendidos pelo SOT

Escolaridade	Número de alunos	Porcentagem (%)
EJA	05	15,2 %
Ensino Fundamental (6º e 7º ano)	08	06,0 %
Ensino Fundamental (8º e 9º ano)	12	24,3 %
Ensino Médio (1º ao 3º ano)	18	54,5 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Grande maioria dos alunos se encontra no Ensino Médio. Para o atendimento complementar SOT, o fato de que mais da metade dos alunos pertencerem ao Ensino Médio, se torna um facilitador para a realização do trabalho tendo em vista a maturidade e grau de instrução, que são diferenciais positivos para a sua inclusão no mercado de trabalho, além das possibilidades de inclusão em oportunidades de estágio, programa menor aprendiz e àqueles acima de 18 anos, a sua formalização no mercado de trabalho.

Alunos com deficiência do Atendimento Complementar de Serviço de Orientação para o Trabalho - SOT

Uma das ações do SOT é a promoção da sondagem e avaliação funcional e laboral dos alunos com deficiência a fim de encaminhá-los para o mercado de trabalho (Orientação Pedagógica, 2006:110).

A sondagem e avaliação consiste em conhecer o aluno, suas limitações e necessidades especiais, principalmente às relacionadas à aprendizagem, locomoção, acessibilidade e convivência social. Contudo, os maiores desafios estão no campo pedagógico, relacionados à aprendizagem.

É certo que a Educação Especial tem a sua ação e vivência dentro do espaço escolar, espaço este que deve ser vivenciado como um espaço de inclusão e respeito à diversidade. É através das demandas acadêmicas, observadas

gradativamente no trabalho com o aluno com deficiência, que as ações pedagógicas direcionadas à esse aluno irão se concretizar.

Contudo, o aspecto do diagnóstico médico não deve ser omitido. Sendo assim, a pesquisa buscou encontrar, nos laudos médicos dos alunos ²⁶, os diagnósticos que evidenciem as necessidades educacionais especiais vinculadas à deficiência diagnosticada.

Assim os alunos com deficiência, atendidos pelo SOT, foram divididos em cinco grupos, que comportam suas necessidades especiais vinculadas a uma deficiência, sendo que a presente pesquisa considera as seguintes: Deficiência Intelectual ²⁷, Deficiência Física, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, e Deficiência Múltipla ²⁸.

Tabela 5: Grupo de deficiências em alunos atendidos pelo SOT

Deficiência diagnosticada	Número de alunos	%
Deficiência Intelectual	18	54,3 %
Deficiência Auditiva	07	21,2 %
Deficiência Múltipla	03 ²⁹	09,1 %
Deficiência Física	03	09,1 %
Deficiência visual	02	06,1 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base nas pesquisas em diagnósticos médicos dos alunos do SOT, entre Setembro e Outubro/2010.

O que se percebe na tabela acima é que a maioria dos alunos do atendimento complementar SOT são alunos diagnosticados como pessoas com deficiência intelectual. O número de alunos, no programa, com deficiência intelectual (54,3%), atendidos pelo SOT, demonstrou-se maior que a média nacional, anotada pelo censo escolar de 2005, os quais 43,5 % são alunos com deficiência intelectual (Blattes,2006).

²⁶ Os laudos médicos são documentos entregues pelos alunos afirmando a sua necessidade especial. Dessa forma, todo aluno matriculado no SOT é tido como aluno com deficiência, com vistas à inclusão no mercado de trabalho cujas empresas buscam ter em seu quadro pessoas com deficiência.

²⁷ A pesquisa irá trabalhar com o termo Deficiência Intelectual ao invés de Deficiência Mental.

²⁸ A pesquisa dividiu o grupo de alunos em cinco grupos de deficiência tendo como parâmetro a conceituação de cada um, conforme o DECRETO No 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Art. 4º, Incisos I, II, III, IV e V.

²⁹ Alunos com Deficiência múltiplas trabalhados na pesquisa: 01 aluno com Deficiência Intelectual associado à Deficiência Visual; 01 aluno com Deficiência Intelectual associado à Deficiência física e 01 aluno com deficiência intelectual associado com Deficiência auditiva.

Os alunos com deficiência auditiva somam 21,2 % dos alunos atendidos. Contudo, todos os alunos do SOT, atendidos como deficientes auditivos são alunos com leve ou moderado grau de deficiência, não necessitando, nenhum deles, de intérpretes ou uso de linguagem de sinais. É também relevante ressaltar que os 6,1 % dos alunos com deficiência visual são tidos como alunos de baixa visão, demonstrando autonomia na locomoção e estudo.

Todos os alunos deficientes múltiplos (9,1 %) são diagnosticados como alunos com deficiência intelectual associada à uma outra deficiência, seja ela auditiva, visual ou física, contudo, não necessitando de materiais de adaptação, órteses ou próteses.

A pesquisa observou que é no grupo de alunos com deficiência múltipla que se encontra a maior média de idade: 22,7 anos. Entre os outros grupos de deficiência, apenas os deficientes físicos tem a menor média de idade, que é 18 anos.

Tabela 6: Média de idade dos alunos atendidos pelo SOT em Grupo de deficiências

Deficiência	Média de Idade
Deficiência Múltipla	22,7 anos
Deficiência Auditiva	19,3 anos
Deficiência Intelectual	19,2 anos
Deficiência Visual	19 anos
Deficiência Física	18 anos

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base nas pesquisas em diagnósticos médicos dos alunos do SOT, entre Setembro e Outubro/2010.

O fato dos alunos com deficiência múltipla terem a maior média de idade entre os alunos do SOT nos leva a refletir sobre as dificuldades e limitações que os alunos com deficiências associadas encontram em sua vivência escolar.

Embora os alunos com deficiência auditiva não necessitem de intérpretes em suas aulas, isso não justifica uma omissão frente às adaptações educativas necessárias frente às suas limitações, tendo em vista que é no grupo dos alunos com deficiência auditiva, o segundo grupo com maior média de idade (19,3 anos).

Tal dado nos leva a refletir que, embora a escola tenha alunos com deficiência auditiva leve, deve-se levar em conta que existe realmente a necessidade de um trabalho especial por parte da escola e do professor além, é claro, de uma melhor atenção quanto às suas necessidades educativas especiais, buscando diminuir o déficit idade/série.

Contudo, mesmo frente à essa reflexão, a pesquisa observou que o maior número de alunos, atendidos pelo SOT, com deficiência, seja ela auditiva (71,5 % dos alunos com deficiência auditiva) e visual (100 % dos alunos com deficiência visual) se encontram no Ensino Médio.

A tabela a seguir busca enfatizar onde estão os alunos com deficiência dentro do ensino regular.

Tabela 7: Número de alunos atendidos pelo SOT , segundo Grupo de deficiências e Nível de Ensino

Deficiência Nível de Ensino	Intelectual	Auditiva	Física	Visual	Múltipla	Total
EJA	04	01	----	---	---	05
ENSINO FUNDAMENTAL	08	01	01	---	---	10
ENSINO MÉDIO	06	05	02	02	03	18
TOTAL	18	07	03	02	03	33

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010 e nas pesquisas em diagnósticos médicos dos alunos do SOT, entre Setembro e Outubro/2010.

A análise da tabela nos permite perceber um maior número de alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental (08 alunos); contudo, proporcionalmente tanto o Ensino Fundamental, quanto a EJA, alunos com deficiência intelectual, representam 80 % dos alunos com deficiência dentro desse nível de ensino. É também no ensino médio que se encontram 100 % dos alunos com deficiência múltipla e 100% com deficiência visual.

A relevância de tais dados se mostra explícita no dia a dia do atendimento do SOT, tendo em vista que cabe ao professor orientador a adequação curricular a fim de que os conteúdos trabalhados estejam acessíveis aos determinados grupos de alunos. Afinal, conteúdos e dinâmicas deve ser planejadas e aplicadas tendo em vista as necessidades especiais de cada aluno.

A compreensão de seu nível escolar associado à sua necessidade especial permite ao professor orientador uma melhor intervenção pedagógica e uma melhor orientação com vistas à sua inclusão no mercado de trabalho.

Alunos do Atendimento Complementar de Serviço de Orientação para o Trabalho – SOT enquanto futuro trabalhador

Uma outra importante atribuição do SOT é preparar o encaminhamento dos alunos com deficiência ao mercado de trabalho, além de orientá-los frente aos procedimentos referentes à empregabilidade (Orientação Pedagógica, 2006, p.111).

Assim, por meio de entrevistas, a pesquisa buscou compreender como o aluno se vê diante do mercado de trabalho, buscando conhecer a sua história, sua experiência de trabalho, formação e perspectivas de futuro.

Embora o Atendimento Complementar SOT seja destinado à todos os alunos com deficiência da rede pública de Santa, que sejam maiores de 17 anos, a sua participação é optativa; ou seja, o aluno participa do atendimento se assim desejar.

O que se observou é que todos os selecionados inicialmente para a entrevista pelo SOT demonstraram interesse em participar.

A necessidade de observar o desejo dos alunos em participar do programa legitima o próprio atendimento em motivar e cobrar dos alunos quanto à sua participação e empenho em relação às atividades e encontros a serem realizados.

Dos trinta e três alunos atendidos pelo SOT, todos demonstraram interesse em participar do SOT, tendo em vista que viam nesse atendimento a oportunidade de serem incluídos no mercado de trabalho. A pesquisa buscou, pela entrevista aos

alunos com deficiência, saber se os alunos, em algum momento de sua vida, chegou a procurar por emprego.

A pesquisa percebeu, por meio de análise das entrevistas, que 60% dos alunos entrevistados foram entrevistados no próprio atendimento do SOT, no Centro de Ensino Especial, enquanto os demais foram entrevistados em sua própria escola, com intermediação dos professores da Sala de Recursos ³⁰.

As entrevistas, segundo orientação do SOT, deveriam, de preferência, ocorrer com a participação dos pais e/ou responsáveis, haja visto que o discurso do aluno, somado ao do responsável permite um melhor entendimento do perfil do aluno.

Contudo, a pesquisa, ao analisar as entrevistas percebeu que nem sempre isso foi possível. Assim, a entrevista ocorria, em algumas situações, somente com o aluno, em outras com a presença dos professores da sala de recursos e com a participação dos responsáveis.

Dessa forma, é relevante ressaltar que 18% dos alunos foram entrevistados sozinhos, os demais contaram com as seguintes companhias, como pode-se observar na tabela a seguir:

Tabela 8: Sujeitos que acompanharam os alunos do SOT durante as entrevistas.

Participaram da entrevista	Quantitativo	Porcentagem
Mãe	14	42,4 %
Professores da Sala de Recursos	12	36,4 %
Somente o aluno	06	18,1 %
Pai	03	09,1 %
Professor Intérprete	01	03 %
Cônjuge	01	03 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

³⁰ As salas de recursos é considerado um atendimento educacional especializado. É definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, como “um serviço de natureza pedagógica que suplementa (no caso de estudantes com altas habilidades) ou complementa (para os estudantes com deficiência) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da educação básica” (Orientação Pedagógica,2006:76)

A importância da entrevista de um aluno com a participação de seu responsável contribuiu para a análise do perfil do aluno com deficiência, tendo em vista que o vínculo com a pessoa, seja esta da família ou aquele que o acompanha na escola, em muito favorecia o levantamento de melhores informações.

A procura por emprego

A pesquisa buscou abordar a percepção do aluno frente ao mercado de trabalho, e o valor do trabalho em sua vida e autonomia. Sendo assim, a primeira questão trabalhada foi conhecer o desejo do aluno com deficiência em ser empregado em um trabalho formal. A questão foi trabalhada, tendo em vista que a média de idade entre os alunos, já os permite refletir sobre essa necessidade.

O que se percebeu frente à essa questão é que 60,5% dos alunos já procuraram por emprego. Utilizando como parâmetro, por meio da pesquisa Trabalho e Renda da Juventude Brasileira (Leon,2007), o percentual de jovens que nunca procuraram por emprego corresponde a 17,2%.

A diferença nos faz refletir porque entre jovens que estudam esse percentual é tão grande. Provavelmente a escola não esteja abordando a questão do trabalho com seus alunos, ou simplesmente a ausência de uma orientação vocacional/profissional seja evidente.

Quando tal dado analisado no ponto de vista do gênero, percebemos que a maior proporção de alunos que já procuraram por emprego estão no grupo dos alunos do sexo masculino.

Tabela 9: Alunos que procuraram por emprego, segundo sexo

Alunos que já procuraram por emprego	Homens		Mulheres	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SIM	13	65 %	07	54 %
NÃO	07	35 %	06	46 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

O fato de que 65% dos alunos do sexo masculino já terem procurado por emprego pode expressar uma questão cultural onde a mulher é instruída a ficar em casa, e o homem suprir as necessidades de casa.

Outro dado relevante é observar se o nível de ensino dos alunos com deficiência é determinante no empenho em procurar por emprego. A pesquisa observou que o maior percentual de alunos que já procuraram por emprego se encontra no nível de EJA onde 80% dos alunos provenientes de EJA afirmaram ter procurado por emprego, enquanto 61% dos alunos de Ensino Médio fizeram a mesma afirmação.

Tabela 10: Alunos que procuraram por emprego, segundo nível de ensino

Nível de Ensino	Número de alunos	Porcentagem (%)
EJA	04	80 %
ENSINO FUNDAMENTAL	05	50 %
ENSINO MÉDIO	11	61 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Uma reflexão relevante quanto ao índice de alunos de EJA terem procurado emprego pode ser justificado pelos constantes anos de reprovação que estes alunos vivenciam. Para muitos, a vida acadêmica se resumiu em “assinar o nome” e a via alternativa para eles é senão o trabalho.

Uma outra análise permite verificar que, em relação à deficiência, àqueles alunos com deficiência intelectual são o grupo que mais procurou por emprego. Assim, sendo que 80% dos alunos de EJA serem alunos com Deficiência intelectual, também se justifica o alto percentual do EJA, quando se fala em procura por emprego.

Tabela 11: Alunos que procuraram por emprego, segundo deficiência

Deficiência	Procurou por emprego		Não procurou por emprego	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Deficiência Intelectual	10	55,5 %	08	44,5 %
Deficiência Física	-----	----	03	100 %
Deficiência Auditiva	06	85,7 %	01	14,3 %
Deficiência Visual	02	100 %	----	----
Deficiência Múltipla	02	66,7 %	01	33,3 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Segundo a entrevista realizada, o grupo de alunos que procuraram por emprego, apenas 15 % utilizaram-se de seu próprio currículo. Todos estes entregaram seu currículo pronto no ato da matrícula no atendimento do SOT, pois, segundo a entrevista, os alunos percebiam ser este documento, mais uma oportunidade de se apresentarem ao mercado de trabalho.

Tabela 12: Alunos que possuem currículo pronto, segundo nível de ensino

Nível de Ensino	Número de alunos	Porcentagem (%)
EJA	0 1	20 %
ENSINO FUNDAMENTAL	01	10 %
ENSINO MÉDIO	04	22,3 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010 e pesquisa documental realizada entre Outubro e Novembro/2010.

O que se percebe é que o grande percentual de alunos que se preocuparam em ter um currículo pronto são aqueles que cursam o Ensino Médio. Provavelmente trabalham seus currículos seja pelo grau de maturidade, seja pela oportunidade de realizar estágios concedidos aos alunos que cursam ensino médio.

Outro dado relevante é que, entre aqueles que já procuraram por emprego, cinco alunos (25%) já participaram de uma entrevista de emprego.

A formação do aluno com deficiência

Uma das grandes necessidades do mercado de trabalho se diz respeito à profissionalização e formação do trabalhador. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é um grande desafio, seja na quebra de barreiras, no que se refere ao preconceito e exclusão, seja no desafio de trabalhar a formação da pessoa com deficiência.

A pesquisa, através da análise do questionário, buscou interpretar como o aluno com deficiência, participante do Atendimento Complementar do SOT, trabalha a sua formação e investimento em cursos e profissionalização.

Primeiramente, a pesquisa buscou observar o domínio das ferramentas básicas de informática e uso da internet. Tais dados são relevantes ao observar que o avanço da tecnologia e sua relevância dentro da empresa cria uma demanda de funcionários com habilidades nessa ferramenta que é a informática.

Tanto a análise das entrevistas, quanto dos currículos, observou-se uma deficiência na formação do aluno, atendido no SOT, em relação às ferramentas da informática. Embora 60,6 % dos alunos afirmaram terem conhecimentos básicos de informática, apenas 45,5 afirmaram já terem realizado curso de informática e apenas 40% costumam fazer uso da internet, grande maioria com objetivo de entretenimento.

Mais do que um simples domínio em informática, o mercado de trabalho necessita de outras competências e habilidades que são necessárias para a realização de uma função em qualquer empresa.

A pesquisa buscou analisar que cursos profissionalizantes os alunos já realizaram. Inicialmente percebeu-se que um pequeno número de alunos realizaram algum curso profissionalizante, muitos deles, ofertados por iniciativas do poder público, através da secretaria de trabalho e de inclusão digital. É também relevante

observar que muitos dos cursos apresentados pelos alunos, foram realizados na modalidade de Educação à Distância, em pólos de inclusão digital³¹.

Tabela 13: Cursos realizados pelos alunos do Atendimento do SOT

Curso	Número de alunos	%
Informática	15	45,5 %
Jardinagem, Artesanato, Auxiliar de escritório,	02 (cada)	06 %
Office-boy, Agente de Portaria, Espanhol, Auxiliar de Marcenaria, Operador de telemarketing, operador de caixa, corte e costura, manutenção de micro, cabeleleiro	01 (cada)	03 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Todos os alunos afirmaram que o fato de terem um curso aumenta as suas possibilidades de inclusão no mercado de trabalho. Contudo, para alguns, as possibilidades seriam maiores se tivessem a oportunidade de realizarem cursos profissionalizantes de qualidade. O que se percebeu é que a grande maioria (94% dos alunos) se tivesse oportunidade, participariam de um curso profissionalizante.

A pesquisa buscou enumerar os cursos que os alunos gostariam de realizar. O que se percebeu é que a predominância de cursos técnicos desejados pelos alunos revela a sua noção de que o mercado de trabalho valoriza os profissionais com uma qualificação de qualidade e não com cursos de pequenas horas a fim de ser um paliativo de uma política pública, como pode-se observar na tabela a seguir:

Tabela 14: Cursos profissionalizantes que os alunos gostariam de realizar

Curso	Número de alunos	%
Informática	20	60,6%
Secretariado, Eletrônica, Língua Estrangeira ³²	03 (cada um)	9,1 %
Cozinheiro	02	6,1 %
Mecânico, Técnico em laboratório, Artesanato, Agente de Vigilância, Árbitro de futebol	01 (cada)	3 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

³¹ Os pólos de inclusão digital, onde parte dos alunos realizaram cursos, são pólos do programa DF Digital, programa este promovido pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), com gestão da Fundação de Apoio e Pesquisa (FAPDF), que estão presentes em cidades do Distrito Federal

³² Idiomas citados: inglês (02) espanhol (01)

A predominância do desejo de realizar um curso profissionalizante voltada para a informática, mais do que um desejo, demonstra uma necessidade de inclusão digital, tendo em vista que muitos alunos que desejaram realizar tal curso, não tem nenhum conhecimento na área.

Embora as políticas públicas tenham investido em inclusão digital, o que se percebe é que entre as pessoas com deficiência, tal oferta ainda é ineficiente. Na verdade, a oferta de cursos de informática para deficientes requer instrumentos e métodos de adaptações curriculares, arquitetônicas e de acessibilidade.

Contudo, mais do que um currículo composto por cursos, os alunos tem a noção de que suas habilidades também serão consideradas no momento de sua inclusão no mercado de trabalho. A pesquisa observou ao analisar as entrevistas que os alunos se vêem como pessoas que tem qualidades e habilidades que deveriam ser levadas em conta em uma situação de inclusão ao mercado de trabalho. Assim, as habilidades observadas, em seus discursos, foram:

Tabela 15: Habilidades citadas pelos alunos do SOT

Habilidades Citadas	Número de Alunos	%
Comunicação	18	54,5 %
Iniciativa para o trabalho	17	51,5 %
Bom relacionamento interpessoal	10	30,1 %
Aprecia aprender coisas novas	07	21,2 %
Concentração	06	18,2 %
Solidariedade, boa educação	05 (cada)	15,1 %
Organização	04	12,1 %
Disciplina	03	09,1 %
Senso de limpeza, responsabilidade	02 (cada)	06 %
Criatividade, liderança, autonomia, espontaneidade	(01 cada)	03 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

Para a grande maioria dos alunos, a comunicação (54,5%) e a própria disposição para trabalhar (51,5%) são habilidades relevantes e que devem ser levadas em conta no processo de inclusão ao mercado de trabalho. Uma das questões relevantes, na atual dinâmica do mercado de trabalho, é a habilidade do

bom relacionamento interpessoal. Para 30% dos alunos essa é uma das suas habilidades principais.

Quando se observa as habilidades, distribuídas entre os alunos do sexo masculino e feminino, podemos ter uma melhor visão das habilidades mais atenuantes em cada grupo.

Tabela 16: Habilidades citadas pelos alunos do SOT, segundo sexo

Habilidades citadas	Alunos do sexo masculino	Alunos do sexo feminino
Boa educação	20 %	07,7 %
Concentração	20 %	15,5 %
Comunicação	50 %	53,8 %
Criatividade	---	07,7 %
Desejo de aprender coisas novas	15 %	30,8 %
Discrição	15 %	-----
Espontaneidade	05 %	-----
Iniciativa para o trabalho	85 %	46,2 %
Liderança	---	07,7 %
Organização	05 %	23 %
Relacionamento interpessoal	30 %	30,8 %
Responsabilidade	---	15,5 %
Senso de limpeza	---	15,5 %
Solidariedade	15 %	15,5 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

Entre os homens, a iniciativa para o trabalho (85%), a comunicação (50%) e o relacionamento interpessoal (30 %) foram as habilidades mais citadas. Já entre as mulheres a comunicação (53,8%), desejo de aprender coisas novas (30,8%) e Bom relacionamento interpessoal (30,8) foram as habilidades mais comentadas.

A pesquisa buscou analisar este ponto, tendo em vista que muitas vagas de trabalho pedem um perfil de trabalhador e na construção desse perfil, faz-se necessário ressaltar o auto-conceito do aluno com deficiência enquanto trabalhador e enquanto suas habilidades.

→ As experiências de trabalho

Dessa forma, os alunos foram questionados à respeito de experiência de trabalho remunerado. É relevante afirmar que este trabalho remunerado refere-se a qualquer atividade remunerada, seja ela formal ou informal (com ou sem vínculo empregatício), seja ela por um curto ou longo tempo³³.

Sabemos que uma das exigências do mercado de trabalho é a experiência. Uma das primeiras questões abordadas pela pesquisa, através da entrevista com os 33 (trinta e três alunos) do atendimento complementar do SOT foi conhecer sua experiência de trabalho.

Sendo assim, a pesquisa observou que 57,6 % dos alunos já exerceram qualquer tipo de trabalho remunerado. Alguns citaram mais de uma atividade como podemos observar tabela abaixo:

Tabela 17: Experiência dos alunos atendidos pelo SOT em trabalho remunerado

Trabalho remunerado realizado	Número de alunos	%
Ajudante de pedreiro	04	12,2 %
Estágio	04	12,2 %
Lavador de carro	03	9,1 %
Empacotador em mercado	03	9,1 %
Serviço de limpeza	02	6,1 %
Ajudante de almoxarifado	02	6,1 %
Repositor em mercado	02	6,1 %
Estágio, Vendedor de roupa, Babá, Panfleteiro, Secretária, Manicure, Atendente em loja, Ajudante em Buffet de festa	01 (cada)	3 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Ao observar a tabela, percebemos que a grande maioria das experiências de trabalho remunerado foram realizadas em funções informais tais como ajudante de

³³ A pesquisa aceitou, durante a entrevista com alunos, como experiência em trabalho remunerado as seguintes formas de trabalho: trabalho formal, informal, autônomo, estágio e trabalho como diarista.

pedreiro, lavador de carro, panfleteiro. É também relevante ressaltar que todos os alunos que afirmaram ser pedreiro e lavador de carro são homens.

A pesquisa buscou observar, que grupo de deficiência, mais realizou trabalho remunerado. Tais dados reforçam a idéia de uma maior facilidade de inclusão no mercado de trabalho por um determinado grupo do que outro.

Apenas 12,2 % dos alunos já realizaram estágios. Todos os alunos que citaram o estágio como experiência de trabalho remunerado são alunos do ensino médio. As atividades de estágio citadas foram realizadas tanto em empresa privada quanto pública ³⁴.

Contudo, quando se analisa dentro do grupo de alunos do ensino médio, percebemos que aqueles que realizaram estágio são apenas 22 % dos alunos, o que é um baixo percentual, tendo em vista do número de ofertas de estágios destinadas à alunos do Ensino Médio, seja por parte do poder público quando da iniciativa privada.

Tabela 18: Experiência de trabalho remunerada, segundo grupo de deficiência

Deficiência	Alunos com experiência		Alunos sem experiência	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Deficiência Intelectual	10	55,5 %	08	44,5 %
Deficiência Física	01	25 %	03	75 %
Deficiência Auditiva	04	57 %	03	43 %
Deficiência Visual	02	100 %	----	----
Deficiência Múltipla	02	66,7 %	01	33,3 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010.

Dentre os grupos que se observa uma maior número de alunos com experiência em trabalho remunerado estão os alunos com deficiência visual (onde todos já chegaram a trabalhar) e entre os alunos com deficiência múltipla.

³⁴ Empresas onde os alunos realizaram estágios : Pública (DEER, INSS); Privada (Restaurante, Empresa de Contabilidade).

A pesquisa vê relação no elevado percentual de alunos com deficiência múltipla com experiência em trabalho remunerado com o fato desse grupo ter a maior média de idade, o que lhe proporciona uma chance maior de possibilidades e alternativas de exercerem trabalho remunerado.

É interessante observar que o menor percentual de alunos com experiência em trabalho remunerado se encontra nos alunos com deficiência física. Na verdade, a inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho é um grande desafio para a empresa, no que diz respeito às medidas de acessibilidade, o que requer da empresa que o contrata uma capacidade de organização e adaptação ao novo funcionário, seja removendo barreiras arquitetônicas, seja trabalhando com seus funcionários.

Os alunos também foram questionados a respeito da experiência de trabalho voluntário ³⁵. A pesquisa, ao procurar conhecer sobre a experiência de trabalho voluntário do aluno teve dois objetivos: perceber sua autonomia e seu compromisso social.

O trabalho voluntário demonstra, antes de tudo, iniciativa e comprometimento social. Embora não seja remunerado, a experiência no trabalho voluntário reflete um profissional que tem visão social, trabalhador e que busca fazer o melhor. O princípio do voluntariado é dar o seu melhor para uma boa causa. Tal profissional dentro da empresa tende a pensar da mesma forma, contudo ainda mais estimulado devido o salário que virá a receber

Apenas dois alunos (06%), disseram ter realizado serviço voluntário, ambas mulheres que estudam no Ensino Médio. As atividades comentadas foram serviço voluntário em creche e atividade assistencial em igreja.

Contudo, a pesquisa observou nas entrevistas realizadas que, embora o grande número de alunos não tenham experiência de trabalho voluntário, neste

³⁵ O conceito de trabalho voluntário utilizado pela pesquisa tem respaldado o conceito legal presente na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Contudo, muitos alunos não demonstraram o entendimento de voluntariado. Assim, o conceito trabalhado com o aluno, durante a entrevista foi “voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos.” (Conceito retirado no site <http://portaldovoluntario.org.br/blogs/54329/posts/45> retirado em 23/02/2011.)

grupo, 87 %, afirmaram que gostariam de ter a oportunidade, caso fossem convidados e orientados para o serviço voluntário.

Trabalho e renda

Todos os alunos incluídos no SOT, demonstraram desejo em trabalhar. É relevante afirmar que 19 % dos alunos incluídos, relataram que já estão trabalhando, seja em atividade formal, informal e estágio.

Contudo, os outros 81 % que não estão trabalhando afirmaram, por diversas razões, o desejo de trabalhar e todos estes afirmaram a disposição de realizar qualquer atividade, conforme suas limitações, ao serem incluídos no mercado de trabalho.

A pesquisa observou que a razão predominante é a sua independência, seja ela financeira, social ou familiar, como pode-se observar na tabela a seguir:

Tabela 19: Porque os alunos do SOT gostariam de trabalhar

Motivo	Número de alunos	%
Independência Financeira	29	87,9 %
Ajudar no orçamento familiar	18	54,5 %
Investir em estudos	02	06 %
Não respondeu	02	06 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

A independência financeira foi o motivo mais citado pelos alunos. É verdade que a independência financeira proporciona ao aluno, não só uma autonomia frente à sua família, pois facilita o seu poder de decisão, mas também frente à sociedade, pois se torna consumidor e adquire visibilidade social ao utilizar de sua independência financeira em atividades sociais como lazer.

A pesquisa também observou o desejo, conforme o sexo:

Tabela 20: Porque os alunos do SOT gostariam de trabalhar, segundo sexo

Motivo	Alunos do sexo feminino	Alunos do sexo masculino
Independência financeira	70 %	95 %
Ajudar no orçamento familiar	33 %	70 %
Investir em estudos	15 %	-----

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

Como podemos observar, tanto o desejo de independência financeira, quanto de ajuda no orçamento familiar foi maior no grupo dos homens. Contudo, apenas no grupo feminino, observou-se o desejo de trabalhar para investir em estudos.

Tendo em vista que o desejo de trabalhar tem uma maior justificativa no argumento da independência financeira, a pesquisa observou, por meio da entrevista, como essa independência financeira seria utilizada.

Tabela 21: Porque os alunos gostariam de trabalhar, segundo a intenção de independência financeira

Como gastaria o seu salário	Número de alunos	%
Bens de consumo pessoal ³⁶	24	72,7 %
Ajudar nas despesas de casa	14	42,4 %
Tirar carteira de motorista	04	12,1 %
Poupança	02	06 %
Investimento em estudos	02	06 %
Lazer	01	03 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

O desejo de autonomia do aluno pode ser observado na pesquisa tendo em vista que 72,7% dos alunos utilizariam o dinheiro em gastos de uso pessoal. Contudo, a sua independência não significa uma negação de seu ambiente familiar, tendo em vista que 42,4 % dos alunos afirmaram ajudar no orçamento familiar, cooperando com as despesas da família.

³⁶ Bens de uso pessoal, entendidos pela pesquisa, foram: vestuário, calçados, alimentação

Um dado relevante é que apenas 06% dos alunos comentaram que teriam uma poupança. É certo que a escola deve investir, com seus alunos, em geral em uma educação financeira, que os permita trabalhar com seu próprio dinheiro, ensinando-os a investir e gastar com responsabilidade.

Apenas 06 % dos alunos investiriam em estudos. Isso demonstra, de certa forma, que a visão de que educação é um investimento deve também ser trabalhada pela escola, família e própria sociedade.

Perspectivas de futuro

A necessidade da pesquisa buscou compreender o que os alunos com deficiência almejam para o seu futuro. A necessidade de tal dado nos leva a refletir sobre sonhos e projetos dos alunos. Afinal, a história de exclusão e dificuldades frente à suas limitações o leva à vivências, experiências e reflexões sobre o seu meio e a si próprio. O que se percebeu que seus sonhos estão relacionados à empregabilidade e formação, como pode-se observar tabela abaixo:

Tabela 22: O que os alunos do SOT almejam para o futuro

O que almeja para o futuro	Número de citações	%
Realizar Curso Técnico ³⁷	16	48,5 %
Fazer curso Superior	09	27,3 %
Concluir o Ensino Médio	07	21,2 %
Ter um emprego	04	12,1 %
Ser funcionário público	02	06 %
Aprender a dirigir	02	06 %
Constituir família	01	03 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

Quando divididos em grupos, conforme sexo, percebemos o seguinte:

³⁷ Cursos técnicos citados: Informática (08 alunos); Língua estrangeira (03 alunos), eletrônica (03 alunos), mecânica (03 alunos), cozinheiro (01 aluno)

Tabela 23: O que os alunos do SOT almejam para o futuro, segundo sexo

O que almeja para o futuro	Alunos do sexo masculino	Alunos do sexo feminino
Realizar Curso Técnico	50 %	46,2 %
Fazer curso Superior	20 %	38,5 %
Concluir o Ensino Médio	20 %	38,5 %
Ter um emprego	05 %	23 %
Ser funcionário público	05 %	07,7,8 %
Aprender a dirigir	10 %	-----
Constituir família	05 %	-----

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

Os anseios de realizar curso técnico são maiores entre os homens, contudo é entre o grupo feminino que os anseios futuros de concluir o curso médio assim como universitário, tem uma maior proporção. Outro dado relevante é observar que é , também entre as mulheres, o maior anseio de ter um emprego e de ser funcionário público.

Quando observamos esse dado, sob a ótica do nível de ensino, temos algumas considerações importantes:

Tabela 24: O que os alunos do SOT almejam para o futuro, segundo nível de ensino

O que almeja para o futuro	Nível de Ensino		
	Nº de alunos EJA	Nº de alunos ENSINO FUNDAMENTAL	Nº de alunos ENSINO MÉDIO
Realizar Curso Técnico	04	08	04
Fazer curso Superior	----	01	08
Concluir o Ensino Médio	02	02	03
Ter um emprego	03	01	----
Ser funcionário público	----	----	02
Aprender a dirigir	----	----	02
Constituir família	----	----	01

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

Ao dividir os anseios em níveis de ensino, pode-se observar que quanto maior a escolaridade do aluno, maiores são os seus anseios quanto ao investimento de tempo em sua educação, tais como concluir ensino médio e superior; assim, como

as melhores oportunidades como ser funcionário público, objetivo esse percebido somente nos alunos do ensino médio.

Os alunos do EJA, ao desejarem, em sua grande maioria, a conquista de um emprego, reflete, mais uma vez, a sua dificuldade de inserção na vida escolar acadêmica, diante de anos de fracasso escolar, tendo em vista que a clientela do EJA são constituídos de alunos com vida escolar extensa.

O TRABALHO PEDAGÓGICO DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO AO TRABALHO - SOT

A pesquisa utilizou-se dos planejamentos, diário de classe do Atendimento Complementar SOT. Através desses dados podemos observar como iniciou o trabalho, em 2010, através de um diagnóstico inicial³⁸ construído pelo professor do atendimento.

Quadro 1 : Diagnóstico da Turma do SOT no 1º Semestre – 2010.

Diagnóstico inicial da turma – 1º semestre

“A turma do SOT não é uma turma já constituída desde o início do ano letivo. Ela se constrói através da pesquisa e contato com as salas de recursos a fim de selecionar alunos para o programa.

Tal programa prioriza o atendimento de alunos a partir dos 16 anos (que já podem ser encaminhados para estágio) e os acima de 18 anos(que já podem, formalmente e legalmente serem inseridos no mercado de trabalho). Além disso, devem ser alunos matriculados na rede pública de ensino e possuírem laudo médico que o caracterize como portador de deficiência.

A realização de avaliação e sondagem do perfil dos estudantes ocasiona a formação gradativa e sempre dinâmica da turma, a qual prioriza-se a inclusão no mercado de trabalho e a formação e informação sobre emprego-cidadania e mercado de trabalho.

Até o fim do primeiro bimestre, a turma conta com 09 alunos, com idades entre 18 e 24 anos. As necessidades especiais percebidas e diagnosticadas nos alunos do SOT são : DI (Deficiência Intelectual), DA(Deficiência Auditiva), DV (Deficiência Visual).

Por meio de entrevista sabe-se que são alunos incluídos e egressos do EJA, anos finais do Ensino Médio e Fundamental das seguintes escolas, até agora visitadas: Centro de Ensino Médio (CEM 404 e CEM 417) e Centro Educacional (CED 310)

A inclusão, no mercado de trabalho, de alunos do SOT ocorreu duas vezes, ambos alunos estão trabalhando em um restaurante. Embora a prioridade da conquista do emprego seja um dos objetivo do SOT, o encaminhamento à cursos técnicos e profissionalizantes é também uma meta a ser alcançada.

Até o momento de formação de uma turma, a ser atendida em sala própria do SOT, no Centro de Ensino Especial, o contato informal com o aluno, orientações e bate-papo são compreendidas como atendimento”.

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Relato, na íntegra, do diagnóstico do primeiro semestre do Atendimento Complementar SOT, extraído do diário de classe do ano letivo de 2010.

³⁸ O Diagnóstico inicial é um diagnóstico geral da turma, registrado em diário de classe, onde é registrado observações, considerações e recomendações para o semestre. É registrado no início de cada semestre.

Pelo diagnóstico inicial percebe-se que a turma foi construída gradativamente, assim como a visita às escolas, por meio de contato com as salas de recursos. Por meio de visita em 03 escolas e inclusão no programa de Atendimento Complementar SOT de 09 alunos, não abala o trabalho realizado, tendo em vista que ocorreram a inclusão no mercado de trabalho, de 02 alunos.

Os atendimentos ocorreram de maneira individual e informal.

A pesquisa também utilizou do diagnóstico do segundo semestre, o qual nos permite aprofundar algumas considerações:

Quadro 2 : Diagnóstico da Turma do SOT no 2º Semestre – 2010.

Diagnóstico do Segundo Semestre

“O programa SOT – Serviço de Orientação para o trabalho inicia o segundo semestre com trinta e dois alunos matriculados para esse atendimento complementar. Através do contato com alunos e responsáveis, através de lista de encaminhamento para o SOT, encaminhadas pelas salas de recursos das escolas de Santa Maria visitadas, a formação das turmas se tornou possível”

Sendo assim o atendimento complementar do SOT inicia-se com quatro turmas (2 no turno matutino e 2 no turno vespertino), sendo os alunos atendidos no Centro de Ensino Especial. No entanto isso não impossibilita que determinados encontros sejam realizados na escola de origem do aluno, por meio da sala de recursos.

Dos trinta e dois alunos selecionados, todos passaram por entrevistas e reconheceram a importância de participar do SOT. A turma, formada por 20 alunos do sexo masculino e 13 do feminino, apresentam idades entre 17 e 23 anos, e necessidades especiais, tais como deficiência auditiva, intelectual, física e baixa visão.

Os alunos são provenientes das seguintes escolas: CEF 201(01 aluno); CEF 103 (02 alunos); CEM 404 (09 alunos), CED 310 (08 alunos), CEF 213 (03 alunos), CEM 417 (06 alunos); CEF 316 (02 alunos); CEF 209 (01 aluno).

Até o presente momento apenas dois alunos estão incluídos no Mercado de Trabalho; no entanto, outros três alunos vivenciaram atividades em estágio.

O atendimento do SOT para o segundo semestre terá como prioridade a formação do aluno, por meio do currículo do SOT, segundo Orientação Pedagógica e a captação de vagas por meio de visita às empresas, como a participação no envolvimento e encaminhamento do aluno para o mercado de trabalho”.

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Relato, na íntegra, do diagnóstico do segundo semestre do Atendimento Complementar SOT, extraído do diário de classe do ano letivo de 2010.

Pela análise do diagnóstico do segundo semestre, percebe-se que as atividades iniciam-se no segundo semestre com um grande número de escolas visitadas e um grande número de alunos incluídos no programa.

A divisão dos alunos em turmas, buscou respeitar o seu horário de aula. O atendimento deve ocorrer em horário contrário das aulas do aluno, no Centro de Ensino Especial de Santa Maria. Tal atendimento é semanal, com duração de 90 minutos.

Todos os alunos participaram de entrevistas, e estavam aptos a participar do projeto, a fim de receberem orientações e recomendações a respeito do mercado de trabalho, tendo como base o currículo do SOT.

Os trabalhos foram realizados com os alunos durante turno contrário às aulas. Grande maioria dos alunos foram atendidos no turno vespertino, como demonstra tabela abaixo:

Tabela 25: Turno de atendimento do SOT, segundo número de alunos

Turno	Número de alunos	%
Matutino	12	36,4 %
Vespertino	21	63,6 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em pesquisa dos documentos do SOT entre Outubro e Novembro/2010

Currículo trabalhado

O currículo trabalhado pelo SOT é dividido em Habilidades Básicas e Habilidades de Gestão.

As Habilidades Básicas são competências e conhecimentos gerais e essenciais para o mercado de trabalho, como pode-se observar no quadro a seguir:

Quadro 3 : Conteúdos de habilidade básica

CONTEÚDOS RELACIONADOS A HABILIDADE BÁSICA TRABALHADOS NO SOT
<ul style="list-style-type: none"> -Documentos essenciais do cidadão: -Higiene e saúde no trabalho: - Segurança no Trabalho. -Noções sobre legislação trabalhista: -Os Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. -Direitos Humanos: - Código Nacional de Trânsito. -Meio Ambiente:

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em pesquisa dos documentos do SOT entre Outubro e Novembro/2010

O que se percebe nos conteúdos de Habilidades Básicas é uma formação de um trabalhador que compreenda, através de conteúdos, conceitos como direito trabalhista, que saiba como providenciar documentos, utilizar de procedimentos de segurança e higiene.

A necessidade do trabalho com temas relacionados com Direitos Humanos, é uma oportunidade de trabalhar a realidade do aluno com deficiência, sua história e conquistas. Mais do que isso permite-o refletir sua própria realidade, limitações e barreiras a serem vencidas.

O trabalho com o meio ambiente busca a formação de um novo profissional, consciente do consumo responsável, do conceito de sustentabilidade e da responsabilidade com o meio ambiente.

As Habilidades Básicas de Gestão são competências e conhecimento relativos à atividade de gestão e auto-gestão, melhoria da qualidade e da produtividade.

O conteúdo trabalhado está voltado à orientação da dinâmica do mercado de trabalho .

Quadro 4: Conteúdos de habilidade básica de gestão

CONTEÚDOS RELACIONADOS A HABILIDADE BÁSICA DE GESTÃO TRABALHADOS NO SOT
-Preparação profissional.
-Relações interpessoais no trabalho.
-Comunicabilidade.
-Cooperação.
-Procedimentos adequados para a busca de emprego.
-Curriculum Vitae.
-SINE.
-Emprego Formal, Informal, Autônomo, Trabalho Apoiado.
-Cooperativismo
-Micro-empresa
-Qualificação para o trabalho.

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em pesquisa dos documentos do SOT entre Outubro e Novembro/2010

As habilidades básicas de gestão busca trabalhar uma orientação do aluno enquanto pessoa incluída no mercado de trabalho. Assim, o currículo não busca uma formação técnica, profissional, mas a formação ética e responsável de um sujeito dentro de um vínculo empregatício.

As empresas estão cada vez mais valorizando as relações interpessoais, a comunicação e habilidade de trabalho em grupo. Dessa forma, a base do currículo de gestão refere-se à um trabalho destinado a questão das relações interpessoais e capacidade de se envolver um trabalho cooperativo.

Assim, é inconcebível, uma prática do Atendimento Complementar do SOT, voltada ao atendimento individual. Na verdade é na coletividade dos alunos que o aprendizado se constrói e as relações amadurecem.

O currículo

Dentre as muitas teorias pedagógicas referentes ao conceito de aprendizagens significativas somam-se os de habilidades e competências, compreendidas como atributos intelectuais e cognitivos apreendidos a partir da ação educativa e disponíveis para o agir eficiente em qualquer situação de vida de cada ser humano.

Trabalhando nessa nova perspectiva curricular a escola vê-se obrigada a abandonar uma educação enciclopédica e atemporal e voltar-se para uma educação que valorize conhecimentos contemporâneos, ou seja, uma educação dirigida, tendo em vista o seu contexto histórico - social e que desenvolve o saber-ser, o saber-fazer, o saber-estar, englobando em seu currículo a ética, os valores, os comportamentos, as artes, as ciências, as tecnologias, as profissões e a ecologia. Isso se torna relevante quando este currículo busca valorizar a história e vida de alunos com deficiência.

Os conteúdos trabalhados pelo SOT buscou valorizar o conhecimento dos alunos e suas habilidades. O Currículo trabalhado pelo SOT está voltado das **competências** (faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos: saberes, capacidades, informações, para solucionar uma série de situações) e **habilidades**, que deve abordar um conhecimento que permita ao aluno autonomia.

Dessa forma observou-se que o currículo destinado ao SOT busca apresentar coerência com o momento histórico, e comprometimento com o aluno trabalhador, com a necessidade de conjugar tendências pedagógicas que permita trabalhar o ideal de um ser humano, com seu comportamento ético, moral, político e social, com suas habilidades, competências e valores.

Assim, os conteúdos trabalhados pelo Atendimento Complementar do SOT, durante o ano letivo de 2010 foram os seguintes:

Quadro 5 : Temas Trabalhados pelo SOT

TEMAS TRABALHADOS PELO SOT NO ANO LETIVO DE 2010
→ Quem sou eu
→ Eu e o outro
→ O que é trabalho
→ O trabalho manual
→ Meu futuro
→ Profissões
→ Direitos e deveres do trabalhador
→ Direitos Trabalhistas
* Carteira assinada
* Férias, décimo terceiro salário
→ Emprego x desemprego
→ Menor aprendiz
→ O jovem e o trabalho
→ Minhas perspectivas de vida
→ Eu e o meu dinheiro
→ Salário mínimo
→ Estágio remunerado
→ Deficiência e sociedade.
→ Entrevista
→ Oportunidades de emprego
→ Tomada de decisões
→ Como se portar em uma entrevista
→ Cidadania e ética

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em pesquisa dos documentos do SOT entre Outubro e Novembro/2010

O que se percebe é que o trabalho realizado durante o ano letivo de 2010 buscou valorizar conceitos de trabalho, a identidade do aluno, direitos e temas relacionados ao trabalho. A iniciativa de confrontar a pessoa com o tema, revela um trabalho reflexivo onde chama o aluno a assumir sua posição frente à questões trabalhadas, como pode-se observar nos temas eu e o meu dinheiro, eu e o outro, quem sou eu.

O trabalho realizado dessa forma, dentro de uma proposta coletiva, tende a fomentar discussões e posições, levando-os ao debate e reflexões sobre si mesmo e o outro.

Outro ponto relevante são os temas trabalhados em relação à empregabilidade como estágio, salário, emprego x desemprego, direitos trabalhistas,

direitos e deveres. Tais temas, conforme observado em diário de classe, levaram informações relevantes e acessíveis aos alunos, além de tratar de temas relacionados à empregabilidade e oportunidades destinadas aos jovens com deficiência. Na verdade, um currículo voltado para alunos com deficiência deve buscar reconhecer que as aprendizagens são constituídas na interação entre os processos de conhecimento, de linguagem e de convívio afetivo por meio das relações sociais estabelecidas na escola e na sociedade pelos alunos trabalhadores.

A oportunidade de refletir sobre a sociedade, cidadania e deficiência permite ao aluno uma reflexão de si próprio frente à sociedade, relacionando temas como preconceito, oportunidades e conquistas das pessoas com deficiência com seu dia a dia e anseios próprios.

Na verdade, um currículo voltado para alunos com deficiência deve buscar reconhecer que as aprendizagens são constituídas na interação entre os processos de conhecimento, de linguagem e de convívio afetivo por meio das relações sociais estabelecidas na escola e na sociedade pelos alunos trabalhadores.

Por último, o currículo, ao permitir ao professor orientador uma prática que busque respeitar aos saberes dos alunos, às suas percepções e às suas impressões, favorece aprendizagens bem sucedidas e fortalece o auto conceito tão necessário à formação individual e social da pessoa, que pertence a um determinado grupo que o considera e aprecia.

As atividades Pedagógicas realizadas pelo Atendimento Complementar SOT

A pesquisa, por meio de análise dos registros em diário de classe, buscou conhecer como se deu a dinâmica diária de atividades pedagógicas do SOT. Assim, desde atividades como planejamento, participação em seminários, visitas e principalmente atendimentos.

Tabela 26: Dias letivos utilizados na rotina do SOT

Atividade Realizada	Número de dias letivos envolvido na atividade	Porcentagem
Atendimento na turma do SOT	45	22,5 %
Contato com as escolas	39	19,5 %
Visita às empresas	20	10 %
Cooperação em atividades de rotina da escola	20	10 %
Planejamento	10	5 %
Reuniões Pedagógicas	16	8 %
Entrevistas	16	8%
Visitas domiciliares	14	7 %
Participações em eventos	13	6,5 %
Encaminhamento de currículos	05	2,5 %
Acompanhamento em entrevistas de emprego	02	1 %
Total de dias letivos	200	100 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em pesquisa dos documentos do SOT entre Outubro e Dezembro/2010.

A grande maioria dos dias letivos foram utilizados no atendimento aos alunos, seja para orientação e/ou trabalho com o currículo de habilidades de gestão e habilidades básicas. O contato com escolas, utilizou praticamente um quinto dos dias letivos, contudo, no contato com as escolas, não somente o professor do SOT encontrava-se para tratar de assuntos com a sala de recursos, como também dispensar orientações individuais aos alunos.

As reuniões pedagógicas e participação em eventos consistiram em momentos de formação e debates a respeito do trabalho do SOT e do processo de inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho.

A necessidade do constante planejamento, tendo em vista a diversidade de alunos e níveis de ensino, o qual o SOT trabalhava chegou a utilizar 5% dos dias letivos destinados ao trabalho. É relevante ressaltar que o planejamento, segundo análise do diário de classe, consistia também em estudos, produção de material e contato (via e-mail ou telefone) com escolas e empresas.

Por fim, o fato do SOT ser um atendimento realizado dentro do Centro de Ensino Especial, percebeu-se que 10% dos dias letivos foram utilizados em cooperação em eventos, eventos estes que contavam com a participação dos alunos do SOT.

Levando em consideração o atendimento do SOT destinado aos alunos, observou-se que muitos não demonstraram uma frequência satisfatória, levando em consideração que 51,5% dos alunos não tiveram uma presença acima de 60% dos encontros ministrados.

Tabela 27: Participação dos alunos no SOT

Frequência às aulas	Número de alunos	Porcentagem
0 % a 40,9 % dos encontros	10	30,3%
41,0 % a 60,9 % dos encontros	07	21,2 %
61,0 % a 80,9 % dos encontros	07	21,2 %
81,0 a 100 % dos encontros	09	27,3%

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em pesquisa dos documentos do SOT entre Outubro e Dezembro/2010.

Embora, todos tenham manifestado o interesse em participar do atendimento, observou-se um percentual alto de ausência. Uma das justificativas para isso seja a dificuldade do deslocamento de sua residência à escola. Contudo, como conceber a idéia de inclusão no mercado de trabalho à alunos que encontram dificuldades de locomover-se.

Questionados se costumam utilizar o transporte público com independência, percebeu-se que apenas 15% dos alunos não utilizam o transporte com independência, sendo 100% destes alunos com deficiência intelectual.

→ **Visitas realizadas pelo SOT**

O Atendimento complementar do SOT não limita ao atendimento aos alunos. Uma das suas funções é também manter contato com empresas e entidades que oferecem cursos. Além disso, o próprio contato com a escola, por meio das salas de recursos, torna-se um meio de manter contato como aluno, com sua família e sua rotina acadêmica.

Dessa forma, as visitas realizadas pelo SOT aconteceram em três espaços: A Escola do Aluno, A empresa e a Família.

Visita às empresas

O SOT realizou ao todo, 20 (vinte) visitas à 18 (dezoito) empresas. As visitas costumavam ser agendadas pelo professor do SOT em contato com a empresa. Foram contabilizadas 26 horas e meia de visitas em empresas dos seguintes setores. Os dados foram colhidos por meio de documento do controle de visitas do SOT.

Tabela 28: Empresas Visitadas pelo SOT em 2010.

Tipo de Empresa	Número de Visitas Realizadas
Supermercados	04
Atacadista/Logística	04
Indústria	02
Faculdades	02
Comércio (vendas)	02
Restaurante	01
Concessionária	01
Lazer ³⁹	01
Serviços de Limpeza e Manutenção	01

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

Das empresas visitas, 05 empresas são oriundas da mesma cidade onde reside os alunos. Todas as empresas ofereciam oito horas diárias de trabalho, totalizando 44 horas de serviço. Dentre as 06 funções distintas de serviço oferecidas às alunos com deficiência, das 18 empresas visitadas, foram contabilizadas 29 oportunidades.

O maior número de funções oferecidas se referiam à serviços gerais, sejam eles de limpeza ou manutenção. 33% das ofertas referiam-se a atendimento ao público, o que pedia, inicialmente, um aluno com habilidades de comunicação, expressão e relacionamento interpessoal.

As funções de repositor e estoquistas, ambas funções oferecidas por empresas atacadista e de hiper-mercado, foram oferecidas principalmente para alunos com deficiência intelectual. Já as funções de auxiliar administrativo somente para alunos do ensino médio.

³⁹ Empresa visitada: Parque de Diversão

As funções oferecidas podem ser analisadas através da tabela a seguir:

Tabela 29: Oportunidades Oferecidas pelas Empresas Visitadas pelo SOT em 2010.

Função	Oportunidades oferecidas	Porcentagem
Serviços Gerais	09	50 %
Atendimento ao público	06	33%
Auxiliar Administrativo	05	28%
Repositor	04	22%
Estoquista	03	17%
Linha de produção	02	14%

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

Praticamente todas as empresas ofereciam um salário comercial⁴⁰ as demais ofereciam comissão sobre o salário. Benefícios como vale refeição e vale transporte foram oferecidas por todas as empresas visitadas. Apenas quatro empresas visitadas (22%) ofereciam plano de saúde.

Visita às escolas

As visitas escolares realizadas pelo SOT ocorreram no objetivo de realizar um levantamento de alunos com deficiência, que possuíam idade para participar do programa e para realizar orientações, seja em grupo ou individual.

O requisito para ser incluído no atendimento especializado complementar consistia em o aluno ter acima de 17 anos, possuir laudo médico diagnosticado a sua deficiência e ser aluno da rede pública de Santa Maria .

É relevante observar que todos os alunos selecionados para o programa e que eram beneficiados pelo BPC, (Colocar em nota de rodapé o que é BPC) não desejaram participar do programa pois tinham o receio de perder o benefício para ser incluído no mercado de trabalho.

⁴⁰ O Salário Comercial, não deve ser inferior ao salário mínimo, no entanto, cada estado tem seu salário comercial definido. No Distrito Federal, durante 2010, foi no valor de R\$ 550,00.

Durante o ano letivo ocorreram 39 visitas em 10 escolas selecionadas, totalizando 48 horas de visitas consistindo em atividades como entrevistas, orientações a alunos, seja individual ou coletivas, levantamento de dados ou atividades de cunho administrativo.

As escolas visitadas foram Centro de Ensino Médio (Turmas de Ensino Médio), Centro de Ensino Fundamental (Turmas de 6º a 9º ano) e Centro Educacional (Ensino Fundamental e Médio).

Tabela 30: Escolas Visitadas pelo SOT em 2010.

Escolas visitadas	Número de Visitas	Porcentagem
Centros de Ensino Médio	18	46 %
Centros Educacionais	15	38,5 %
Centros de Ensino Fundamental	06	15,4 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

Percebe-se que as escolas de Ensino Médio foram as mais visitadas tendo em vista que é neste nível de ensino que se encontra o maior número de alunos atendidos pelo SOT.

As visitas realizadas, segundo análise dos registros do SOT, tiveram como principal função o contato com a sala de recurso, a orientação individual e coletiva dos alunos e a realização de entrevistas.

Visitas domiciliares

Uma das atividades do SOT consistia em contato com a família fim de buscar informações e partilhar orientações. Ao todo foram realizadas 18 visitas domiciliares. A visita domiciliar, teve como principal objetivo do SOT, o contato com a família.

O contato se dava com o responsável. É relevante afirmar que nem sempre o responsável pelo aluno consistia de pai ou mãe. A pesquisa observou que os alunos tem como responsáveis pais, tios, irmãos, cônjuge. No entanto é a mãe, a figura mais predominante, enquanto pessoa responsável, pelo aluno com deficiência.

A necessidade do contato com o responsável se torna um elo que liga o aluno ao SOT. Afinal, uma família que se preocupa com o desenvolvimento e

oportunidades da pessoa com deficiência, sendo esta pessoa integrante de seu grupo, consegue buscar, frente à escola e sociedade, alternativas para ajudá-la, o que reflete nos resultados dentro de sala de aula e nas relações com o outro na sociedade. A cooperação familiar se torna uma ótima ferramenta que permite avaliar o trabalho do SOT e os objetivos da escola.

Assim, a pesquisa buscou perceber quem o aluno considera o seu responsável, quem o SOT poderia receber apoio e auxilia em situações necessárias frente ao desafio da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Tabela 31: Quem o aluno considera seu responsável.

Responsável	Número de alunos	Porcentagem
Mãe	15	45,5 %
Ambos os pais (pai e mãe)	09	27,3 %
Pai	04	12,1 %
Conjuge	02	06 %
Avó, Tia, Irmãos	01 (cada)	03 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base em entrevistas realizadas entre Março e Agosto/2010

O que se percebeu é que a figura materna é tida como a pessoa responsável por 45,5% dos alunos. Para 27,3% dos alunos, a presença dos pais os coloca como responsáveis. Contudo, a figura paterna, materna responde a 84,9% da figura responsável pelo aluno com deficiência atendido pelo SOT.

Encaminhamentos

Ao término do ano letivo, observou-se que o Atendimento Complementar SOT conseguiu incluir três alunos no mercado de trabalho nas seguintes funções: 02 alunos em serviços gerais, em Restaurante e 01 aluno, em serviços gerais, em Hiper-Mercado.

Contudo, outros encaminhamentos foram realizados pelo SOT, tais como encaminhamento de entrevistas e encaminhamentos de currículos.

Tabela 32: Encaminhamentos realizados pelo SOT, conforme número de alunos

Encaminhamento	Número de alunos	%
Inclusão ao Mercado de Trabalho	03	09,1%
Encaminhamento para entrevistas no programa Menor Aprendiz	16	48,5%
Encaminhamento de currículos para Hiper-mercados	14	42,4%
Encaminhamento de currículos para Indústrias	09	27,3%
Encaminhamento de currículos para Atacadista / Logística	10	30,3%
Encaminhamento de currículos para comércio local	04	12,1%
Encaminhamento de currículos para Faculdade	02	6,1%

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

Embora o índice de inclusão ao mercado de trabalho tenha sido exclusivamente de alunos do sexo masculino, quando observamos os dados sob a ótica do grupo, segundo sexo, nota-se que no grupo feminino em todos os encaminhamentos, o seu percentual é maior.

Tabela 33: Encaminhamentos realizados pelo SOT, conforme sexo do aluno

Encaminhamento	masculino	feminino
Inclusão ao Mercado de Trabalho	15 %	----
Encaminhamento para entrevistas no programa Menor Aprendiz	30 %	77 %
Encaminhamento de currículos para Hiper-mercados	40 %	46 %
Encaminhamento de currículos para Indústrias	15 %	38,4 %
Encaminhamento de currículos para Atacadista / Logística	30 %	30,7 %
Encaminhamento de currículos para comércio local	05 %	23 %
Encaminhamento de currículos para Faculdade	----	15,3 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

Levando em consideração o grupo de deficiência, percebe-se que o grupo dos alunos com deficiência visual, foi o grupo onde todos conseguiram ter os currículos encaminhados para o programa menor aprendiz, atacadista, indústria e hiper-mercados, como pode-se observar na tabela a seguir:

Tabela 34: Encaminhamentos realizados pelo SOT, conforme grupo de deficiência

Encaminhamento	Def. Intelectual	Def. Auditiva	Def. Física	Def. Múltipla	Def. Visual
Inclusão ao Mercado de Trabalho	11,1 %	-----	-----	05,5 %	-----
Encaminhamento para entrevistas no programa Menor Aprendiz	55,5 %	42,9 %	33,4 %	-----	100 %
Encaminhamento de currículos para Hipermercados	33,4 %	42,9 %	33,4 %	66,7 %	100 %
Encaminhamento de currículos para Indústrias	22,3 %	28,6 %	33,4 %	-----	100 %
Encaminhamento de currículos para Atacadista / Logística	27,8 %	28,6 %	-----	33,4 %	100 %
Encaminhamento de currículos para comércio local	-----	28,6 %	-----	-----	50 %
Encaminhamento de currículos para Faculdade	-----	14,3 %	-----	-----	50 %

Fonte: Queiroz. Mário Janone P, Com base na análise de documentos em Maio e Dezembro de 2010.

A dificuldade maior encontrada pelo SOT ficou por conta do grupo de deficiência física, tendo em vista que apenas 33,4% dos alunos tenham currículos encaminhados para o programa menor aprendiz, hiper-mercado e indústria.

Embora não tenha tido alunos encaminhados para o mercado de trabalho, o grupo dos alunos com deficiência auditiva e deficiência visual, foi o grupo que teve alunos com currículos encaminhados para todas as empresas visitadas.

É evidente, que durante o trabalho do Atendimento Complementar SOT, foi possível conhecer e identificar, nos alunos habilidades e competências para a sua inclusão. Muitos destes tiveram a oportunidade de elaborar o seu currículo juntamente com o professor do atendimento.

Contudo, na análise dos documentos e nas recomendações entregues pelas empresas, houve o “choque de horário” entre as horas que deveriam ser trabalhadas com a hora de estudo. Na verdade, a análise dos dados e registros realizados pelo

SOT percebeu-se uma preocupação em não negociar o horário de aula do aluno. Em outras palavras, o atendimento SOT não via interesse em realizar a inclusão do aluno ao mercado de trabalho, tendo para isso, que tirá-lo de sua rotina escolar, ou colocá-lo no ensino noturno.

Na verdade, o aluno com deficiência, incluído no ensino regular tem o acompanhamento não somente dos Atendimentos Complementares, entre eles o SOT, mas também da própria sala de recursos de sua escola. Tirá-lo desta oportunidade é inseri-lo em um mercado de trabalho destinado àqueles com pouca instrução, e por isso, sujeitos ao sub-emprego e desemprego com uma maior facilidade.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Introdução

Segundo dados do IBGE, 14,5% da população brasileira apresenta alguma deficiência e as políticas públicas voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho compreende que não é sensato desprezar a capacidade produtiva desse grupo. Como resposta, a lei 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, veio determinar que as empresas reservem vagas à pessoa com deficiência de acordo com o número de empregados.

Na verdade, a mobilização da sociedade em relação à inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é motivada pela consciência do respeito à diversidade, valorização das minorias e a necessidade de uma justiça e reparação frente ao histórico de exclusão e preconceito vivido pelas minorias.

Uma das propostas da sociedade frente ao desafio da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho está no campo da Educação Especial. Através do Serviço de Orientação para o Trabalho, enquanto Atendimento Complementar, a proposta de orientação e inclusão dos alunos com deficiência no mercado de trabalho é vista como objetivo principal.

Dessa a forma, a presente pesquisa, buscou realizar um estudo sobre a inclusão no mercado de trabalho de estudantes com deficiência em Santa Maria – DF, através do Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT).

A pesquisa “*Inclusão do Estudante com Deficiência no Mercado de Trabalho através do Serviço de Orientação para o Trabalho*”, por meio de estudo de entrevistas, análise de documentos, diários e relatórios buscou analisar o perfil do aluno com deficiência, que participa do SOT, assim como o trabalho pedagógico do atendimento complementar com vistas à inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho.

Sendo assim, a pesquisa ocorreu levando em consideração dois eixos básicos: o perfil do aluno com deficiência atendido pelo SOT e a prática pedagógica do atendimento do SOT.

Principais contribuições

- O aluno com deficiência

A preocupação em considerar o perfil do aluno, as suas experiências e história, por meio da entrevista, se fez presente possibilitando à pesquisa considerar diversas informações que refletem como pensar e como trabalhar o aluno com deficiência na intenção de incluí-lo no mercado de trabalho.

O Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT) trabalhou, durante o ano letivo de 2010, alunos provenientes da Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Percebeu-se que dentre os alunos, 75,8% estão com a idade entre 17 e 20 anos, sendo que 60,6% são alunos homens.

O grupo de alunos com deficiência intelectual foi o maior grupo de alunos trabalhados pelo SOT. As características observadas nos alunos com deficiências tais como Deficiência intelectual, auditiva, visual, física e múltipla não impediram a visualização de um aluno com capacidade de vida produtiva, autônoma e social. É relevante ressaltar que o maior grupo trabalhado pela pesquisa foi o de alunos com deficiência intelectual,

Assim, dos trinta e três alunos matriculados no atendimento, todos visualizavam oportunidades para a inclusão no mercado de trabalho. Contudo, ao observar o histórico de vida do aluno, a pesquisa observou a urgência no trabalho de formação e orientação para o trabalho.

A reflexão dessa urgência é constatada quando observada a necessidade da inclusão digital em um mundo globalizado, onde o acesso à tecnologia vem sendo democratizado e as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho estão cada vez mais associadas ao conhecimento tecnológico.

Dessa forma a pesquisa observou um déficit na formação do aluno com deficiência, tendo em vista o seu acesso às novas tecnologias, ao constatar que, embora 60,6% dos alunos tenham afirmado ter conhecimento básico em informática, apenas 45,5 afirmaram ter realizado, em alguma vez, cursos básicos de informática.

Para os alunos com deficiência, a sua formação profissional está relacionada à melhores oportunidades de trabalho, tendo em vista que mais da metade dos alunos já terem realizado algum curso, de curta duração, com objetivo de formação profissionalizante. Para grande maioria dos alunos, é na área de informática, que se concentram os anseios de uma formação profissional de qualidade.

Tendo em vista o histórico de trabalho remunerado, a pesquisa observou que 80% dos alunos, em alguma vez na vida, já procuraram por trabalho; no entanto, destes, apenas 60,6% relataram que, em algum momento da vida, já tiveram experiência de trabalho remunerado, seja este trabalho formal ou informal.

A informalidade, os “bicos” e serviços de diarista foram as experiências mais observadas durante a entrevista, o que reflete, de certa forma, a dificuldade de uma inclusão comprometida socialmente com a pessoa com deficiência, incluindo-a em empregos seguros, com direitos trabalhistas e oportunidade de crescimento pessoal e visibilidade social.

Para os alunos, mais do que um curso de formação, algumas habilidades podiam ser percebidas como qualidades que cooperam na inclusão no mercado de trabalho. Para a grande maioria dos alunos, a comunicação, muito observada no grupo feminino, e a disponibilidade e iniciativa para o trabalho, observada no grupo masculino, foram as habilidades mais citadas pelos alunos entrevistados.

Todos os alunos do atendimento complementar demonstraram desejo em trabalhar. Para estes, o desejo em trabalhar justifica-se pela necessidade de sua independência financeira e ajuda no orçamento familiar.

Tais necessidades deixam explícito o desejo de liberdade, autonomia e conquista da cidadania, onde o jovem não se vê mais como alguém dependente e que traz certa preocupação para a família, mas aquele que administra sua finanças e coopera no orçamento familiar.

O sonho de um futuro melhor é inerente à todos. O desejo por esse futuro, reflete, mesmo que timidamente, uma noção de objetivos e de anseios. Para a grande maioria, o sonho para o futuro é expresso no desejo de se formar profissionalmente, seja realizando um curso técnico (48,5%), um curso superior (27,3%) ou apenas concluir o Ensino Médio (21,2%). Apenas 18 % dos alunos disseram que anseia pelo futuro poder estar trabalhando.

É relevante considerar tais dados quando se percebe que a maioria dos alunos demonstram a preferência de realizar um curso profissionalizante. Afinal, para os alunos, o desejo de trabalhar não basta, mas a aquisição de uma formação profissional de qualidade é a porta de entrada para o mercado de trabalho.

A percepção do perfil do aluno permite ao SOT um planejamento específico destinado aos alunos com deficiência. Evidentemente, embora o planejamento seja destinado a um único objetivo é relevante ressaltar que as diferenças e limitações entre os alunos, solicita um capacidade de renovação curricular e de ações que englobe a todos os alunos.

Dessa forma a pesquisa buscou perceber como se deu o trabalho pedagógico do SOT, seja por meio da análise de seus encaminhamentos, de sua ação pedagógica, registros, diários e visitas.

- O Atendimento Complementar SOT

O atendimento complementar SOT, atendeu a maioria dos alunos em turno vespertino. A pesquisa observou que 22,5% dos dias letivos utilizados pelo SOT foram destinados a trabalhos diretos com os alunos, 19,5% destinados às visitas escolares e 10% às visitas à empresa.

A prática pedagógica do SOT condiz com uma postura que busca cooperar na formação de um cidadão consciente da realidade das oportunidades de emprego e das habilidades básicas necessárias para a reflexão-ação enquanto trabalhador incluído no mercado de trabalho.

O que se percebeu no planejamento do SOT foi a valorização das atividades coletivas, mediatizadas pela realidade dos alunos, o qual buscou extrair o conteúdo

a ser trabalhado em busca de uma transformação, seja ela de reflexão, visão ou percepção de si mesmo; além do esforço em manter contato com empresas na intenção de formar parcerias para a inclusão do aluno no mercado de trabalho.

Dessa forma, pode-se afirmar que a característica predominante do SOT foi sua capacidade itinerante, onde o contato com a empresa, com a escola do aluno e com sua família, por meio das visitas familiares, oportuniza a criação de estratégias de ações que, favorecem não somente o trabalho com o aluno, mas com a própria realidade que o cerca.

Assim, tais visitas proporcionaram ao SOT compreender o perfil que a empresa necessita, a percepção da família e como a escola vem trabalhando com o aluno com de necessidades educativas especiais.

De fato, o que se percebeu, tanto na análise dos registros, quanto no discurso dos participantes é que o desafio da inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho ocorre rodeada por falta de informação, por obrigação legal e principalmente pela necessidade do trabalho que venha fortalecer a autonomia do aluno.

O que se percebe é que, do ponto de vista das empresas visitadas, as oportunidades de emprego se limitaram a funções simples, em sua maioria destinada ao atendimento ao público e à conservação e limpeza. Funções estas, que diante de uma crise, são as primeiras a serem fechadas.

Quanto às escolas, a necessidade de uma orientação vocacional e profissional destinada aos jovens, bem como um trabalho específico, porque não, interdisciplinar, voltado a temas relacionados ao trabalho são relevantes. O que se percebe é que para a escola a realização de um trabalho específico de inclusão social do aluno com deficiência na sociedade ainda é um desafio a ser conquistado.

É relevante ressaltar o valor do trabalho das Salas de Recurso no apoio, trabalho e garantia de direitos e oportunidades para o aluno com deficiência dentro de sua própria escola.

A família foi percebida, pela pesquisa que a sua interação com o SOT representa uma cooperação a favor da inclusão do aluno. Assim, a valorização dos

esforços frente à conquista da autonomia do aluno com deficiência, além dos conselhos e informações a respeito do aluno, contribuem para a realização de um trabalho que busca levar em conta as suas necessidades e limitações.

Ao final do ano letivo, constatou-se que apenas 9% dos alunos foram incluídos no mercado de trabalho. Contudo, encaminhamentos para entrevistas em programas do menor aprendiz, alcançou 48,5% dos alunos e encaminhamentos, por meio de currículos, para empresas alcançou 42% dos alunos.

O que se observou em relação à inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho foi a dificuldade de adequação do horário de trabalho com seu horário de estudo, dificuldade esta observada pelos alunos e familiares.

Na verdade a inclusão do aluno com deficiência no mercado de trabalho não pode significar a sua ausência dos bancos escolares. Evidentemente, alunos que concluíram o Ensino Médio possuem o melhor perfil, quando se observa a flexibilidade da escolha de turnos de trabalho. No entanto, as oito horas diárias de trabalho não permitem ao aluno que ainda estuda, concluir os seus estudos.

A alternativa do ensino noturno não é bem vista pelos pais e nem pelos alunos, seja pela questão das limitações ocorrentes da deficiência, seja pela autonomia do uso de transporte público noturno ou por questões de segurança.

A verdade é que tanto o trabalho do SOT, quanto professores da sala de recursos e os próprios pais percebem, ainda na formação escolar, a melhor oportunidade de ascensão social do aluno com deficiência. Afinal, quanto maior o seu nível de escolaridade, maior suas possibilidades de inclusão no mercado de trabalho.

A alternativa encontrada pelo SOT, segundo a pesquisa, se refere ao encaminhamento de alunos a estágios, a programas de menor aprendiz, cuja carga horária se restringe ao horário contrário da aula, não ultrapassando as quatro horas diárias.

Recomendações

A necessidade do estudo sobre a inclusão de alunos com deficiência no mercado de trabalho é sempre relevante. A atual pesquisa, ao estudar o perfil dos alunos e a prática pedagógica do SOT, percebeu a necessidade de se aprofundar os estudos em relação à esta temática.

A pesquisa não buscou, em seus objetivos, compreender como se dá a relação da pessoa com deficiência com a rotina de trabalho. A sugestão de continuidade da pesquisa pode estar vinculada ao estudo da relação do aluno trabalhador com a empresa o qual trabalha e sua escola.

Embora sejam vastos os campos de pesquisa, esta deve estar ciente que sua colaboração deve empenhar-se na mudança de paradigmas de exclusão e preconceito frente à pessoa com deficiência.

LISTA DE TABELAS DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Tabela 1: Alunos Atendidos pelo SOT	54
Tabela 2: Idade dos alunos atendidos pelo SOT	55
Tabela 3: Média de idade e nível de ensino dos alunos atendidos pelo SOT	55
Tabela 4: Nível de Escolaridade dos alunos atendidos pelo SOT	56
Tabela 5: Grupo de deficiências em alunos atendidos pelo SOT	57
Tabela 6: Média de idade dos alunos em Grupo de deficiência.....	58
Tabela 7: Número de alunos atendidos pelo SOT , segundo Grupo de deficiências e Nível de Ensino	59
Tabela 8: Sujeitos que acompanharam os alunos durante as entrevistas	61
Tabela 9: Alunos que procuraram por emprego, segundo sexo	62
Tabela 10: Alunos que procuraram por emprego, segundo nível de ensino	63
Tabela 11: Alunos que procuraram por emprego, segundo deficiência	64
Tabela 12: Alunos que possuem currículo pronto, segundo nível de ensino	64
Tabela 13: Cursos realizados pelos alunos do Atendimento do SOT	66
Tabela 14: Cursos profissionalizantes que os alunos gostariam de realizar	66
Tabela 15: Habilidades citadas pelos alunos do SOT	67
Tabela16: Habilidades citadas pelos alunos, segundo sexo	68
Tabela 17: Experiência dos alunos atendidos pelo SOT em trabalho remunerado	69
Tabela 18: Experiência de trabalho remunerado, segundo grupo de deficiência ...	70
Tabela 19: Porque os alunos do SOT gostariam de trabalhar	72
Tabela 20: Porque os alunos do SOT gostariam de trabalhar, segundo sexo	73

Tabela 21: Porque os alunos do SOT gostariam de trabalhar, segundo a intenção de independência financeira	73
Tabela 22: O que os alunos do SOT almejam para o futuro	74
Tabela 23: O que os alunos do SOT almejam para o futuro, segundo sexo	75
Tabela 24: O que os alunos do SOT almejam para o futuro, segundo nível de ensino	75
Quadro 1: Diagnóstico da Turma do SOT no 1º Semestre – 2010	77
Quadro 2 : Diagnóstico da Turma do SOT no 2º Semestre – 2010	78
Tabela 25: Turno de atendimento do SOT, segundo número de alunos	79
Quadro 3 : Conteúdos de habilidade básica	80
Quadro 4 : Conteúdos de habilidade básica de gestão	81
Quadro 5 : Temas Trabalhados pelo SOT	83
Tabela 26: Dias letivos utilizados na rotina do SOT	85
Tabela 27: Participação dos alunos no SOT	86
Tabela 28: Empresas Visitadas pelo SOT em 2010	87
Tabela 29: Oportunidades Oferecidas pelas Empresas Visitadas pelo SOT em 2010	88
Tabela 30: Escolas Visitadas pelo SOT em 2010	89
Tabela 31: Quem o aluno considera seu responsável	90
Tabela 32: Encaminhamentos realizados pelo SOT, conforme número de alunos	91
Tabela 33: Encaminhamentos realizados pelo SOT, conforme sexo do aluno	91
Tabela 34: Encaminhamentos realizados pelo SOT, conforme grupo de deficiência	92

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. *O que é Trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da Identidade Pessoal e Social*. São Paulo: SORRI-BRASIL/ CORDE, 2008.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. *Educação Inclusiva: atendimento especializado para a deficiência mental*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BLATTES, Ricardo Lovatto (Org). *Direito à educação : subsídios para a gestão dos sistemas educacionais :orientações gerais e marcos legais / – 2. ed . – Brasília : MEC,SEESP, 2006.*

BOCK, Ana Mercedes Bahia. *A escolha profissional em questão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DISTRITO FEDERAL. BRASIL. *Orientação Pedagógica – Deficiência Mental / Secretaria de Estado de Educação – Brasília:SEDF, 2006.*

FERRETI, João Celso. *Uma nova proposta de Orientação Profissional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

GARCIA, Regina Leite. "O Orientador Educacional e o Currículo" in *Revista Prospectiva*, nº 14, 1985, págs. 9-20.

GRINSPUN, M. P. S. Z. *A Orientação Educacional – Conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. São Paulo: Cortez, 2001.

GURGEL, Rodrigo. "Há futuro para o trabalho ?" in *Trabalho e Tecnologia – Programa Integrar (Caderno do Aluno)*. São Paulo: CNT/CUT, 1998.

KREIN, José Dari. "Algumas explicações sobre o desemprego" in *Trabalho e Tecnologia – Programa Integrar (Caderno do Aluno)*. São Paulo: CNT/CUT, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. *A Democratização da Escola Pública*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

LEON, Alessandro Lufy Ponce de. “*Juventudes, Juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira*” in ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane Ribeiro & ESTEVES, Luiz Carlos (Org.) *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2007.

MODESTO, Vilia Mariza Fraga. *Inclusão escolar um olhar para a diversidade*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Mimeo, 2008.

PESSOTI, Isaías. *Deficiência Mental: da supertição à Ciência*. São Paulo: Ed. EDUSP, 1984.

POCHMANN, Márcio. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

SASSAKI, R.K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Adilson Florentino da. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física* / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

STAINBACK, Susan. “*Considerações Contextuais e Sistêmicas para a Educação Inclusiva*” in INCLUSÃO – Revista da Educação Especial. Brasília, Ano 2, nº 03, Dezembro/2006, 58 pags.

TAVARES, Otávio Augusto de A. "*Pressupostos da Orientação Educacional Hoje*" in Revista Prospectiva, nº 15, 1986, págs. 63-65.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, Aínda. "*Tempos Modernos*" in Revista VEJA. São Paulo: Ed. Abril, 05/04/2000, págs. 122-129.

VIÉGAS, Conceição de Maria Corrêa. "*Educação, Trabalho e Pessoas com Deficiência*" In Revista Integração, MEC, SEE, 2000, pág. 16-20.

VIII - APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- 1º - Idade, local da entrevista; quem participou, documentos apresentados;
- 2º - Escola, série, turno, relacionamento com professores
- 3º - Com quem mora, possui bpc, autonomia em transporte público, possui passe livre, rotina em casa . domínio de informática, windows, web
- 4º - Cursos realizados, desejo e interesse em realizar curso profissionalizante
- 5º - Distribuição de currículo, procura por emprego, participação em entrevistas, Estágios realizados
- 6º - Trabalho remunerado, trabalho não remunerado, serviço voluntário, desejo de realizar serviço voluntário,
- 7º - Percepção própria de si, de suas habilidades, do que gosta de fazer, dos sonhos... porque gostaria de trabalhar, que faria com o dinheiro que ganharia. Estaria disposto a exercer a função proposta de acordo com suas limitações
- 8º - Desejo e disponibilidade de participar do SOT
- 9º - Percepção do entrevistador: comunicação,, facilidade de comunicação Aspectos de boa aparência, higiene pessoal, facilidade em comunicação e disponibilidade para ajudar.
- 10º - Orientações